



VACÂNCIA DOS CARGOS DO PR E  
VICE NOS **2 PRIMEIROS ANOS**

ELEIÇÃO **DIRETAS**,  
PELO POVO

PRAZO - **90 DIAS**

VACÂNCIA DOS CARGOS DO PR E  
VICE NOS **2 ÚLTIMOS ANOS**

ELEIÇÃO **INDIRETAS**,  
PELO CONGRESSO NAC.

PRAZO - **30 DIAS**

## FUNÇÕES DOS 3 PODERES

FUNÇÃO TÍPICA



EU ELABORO  
AS LEIS

FUNÇÃO TÍPICA



EU APLICO  
AS LEIS

FUNÇÃO TÍPICA



EU  
ADMINISTRO

@MAPASMENTAIS.DIREITO

SERÃO **FACULTADO** AO M  
E AS **PARTES** A FORMUL  
E INDICAÇÃO DE ASSIS

FORMULAÇÃO  
DE QUESITOS

ASSISTENTE  
TÉCNICO

PERITO DE CONFIANÇA DA  
PODERA PRESTAR UM PAREC  
TRABALHO REALIZADO PELOS  
OFICIAIS.

PERÍCIA  
COMPLEXA

TIPO DE PERÍCIA  
DE UMA ÁREA  
PARA QUAL O  
MAIS DE UM

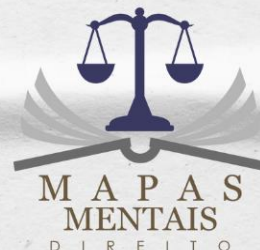
A AUSÊNCIA DE COMPROMISSO  
**IRREGULARIDADE**, NÃO RESULTA

# COMBO OAB - 39º



## MAPAS MENTAIS 2023

Por Sarah Guimarães



IG SIGA

@mapasmentais.direito

# *Olá, Concurseiro (a)*

Sou a **Sarah Guimarães**, agradeço por adquirir um dos nossos E-books. Os nossos Mapas Mentais foram preparados para revolucionar os seus estudos, seja estudando para concurso, como para estudantes de Direito.

Todo esse material, elaborado à mão, foi feito após o estudo de teorias, dos melhores doutrinadores e de vários cursinhos, aulas e mais de 20 mil questões resolvidas, em que pude analisar os pontos mais importantes, o que é mais cobrado, as pegadinhas e como são aplicados os entendimentos doutrinários com a finalidade de facilitar os seus estudos e de forma prática.

Ao estudar por **mapas mentais** estamos trabalhando com os dois lados do nosso cérebro, o lado racional e o criativo, o que faz toda diferença no seu estudo.

Espero que o material revolucione a sua preparação rumo à aprovação.

**Vamos lá? Bons estudos.**



APROXIME A  
CÂMERA DO SEU  
CELULAR E ACESSE  
O NOSSO SITE



# ATENÇÃO

**QUALQUER FORMA DE REPRODUÇÃO, TRANSFORMAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO OU REVENDA DESTA OBRA SÓ PODERÁ SER REALIZADA COM A AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DA TITULAR, RESSALVADAS AS EXCEÇÕES PREVISTAS EM LEI. CASO SEJA NECESSÁRIO REPRODUZIR ALGUM TRECHO DESTA OBRA (COMPARTILHAMENTO ONLINE, FOTOCÓPIA, DIGITALIZAÇÃO E OUTROS) ENTRAR EM CONTATO COM A TITULAR.**

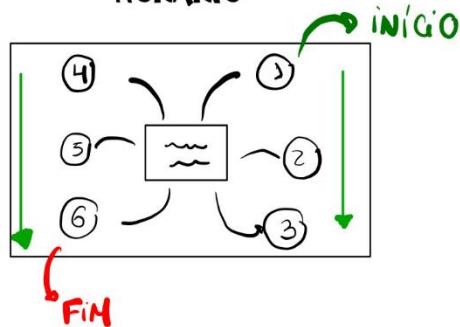
**QUALQUER SITE OU MEIO ELETRÔNICO QUE DISPONIBILIZEM A DISTRIBUIÇÃO OU VENDA DESTE MATERIAL FICARÁ SUJEITO ÀS PENALIDADES CÍVEIS E CRIMINAIS.**

**INFORMO QUE O ÚNICO MEIO DE VENDA DESTE MATERIAL SE DÁ POR MEIO DO SITE:**

**[WWW.MAPASMENTAISDIREITO.COM.BR](http://WWW.MAPASMENTAISDIREITO.COM.BR)**



APÓS O PONTO TRÊS,  
VOLTAMOS A ABORDAR O  
ASSUNTO NO SENTIDO ANTI-  
HORÁRIO



4

1 →

INICIAMOS SEMPRE PELO  
SENTIDO HORÁRIO



AQUI COSTUMAMOS ABORDAR  
CONCEITOS IMPORTANTES  
ELEMENTOS, SUJEITOS, BEN JURÍDICO

## COMO ESTUDAR PELOS NOSSOS MAPAS MENTAIS

SIGA AS INSTRUÇÕES PELOS NÚMEROS

2



CONCILIE A LEITURA  
DOS MAPAS COM A  
LEI SECA

NÃO ESQUEÇA DAS QUESTÕES.  
OS NOSSOS MAPAS MENTAIS CONCILIADOS  
COM A LEITURA DA LEI E QUESTÕES É UMA  
FERRAMENTA IMPORTANTÍSSIMA,  
PRINCIPALMENTE EM RETA FINAL DE  
ESTUDOS..

VOCÊ PODE COMPLEMENTAR O MAPA  
MENTAL FAZENDO ANOTAÇÕES,  
DEIXANDO O MATERIAL AINDA MELHOR E  
USANDO ESTRATEGICAMENTE EM RETA  
FINAL.

6

3



NOSSOS MAPAS SÃO  
CRIADOS ABORDANDO  
PONTOS IMPORTANTES  
SOBRE A DOCTRINA E A  
LEI EM SI, CONCILIANDO  
OS DOIS, O ESTUDO SERÁ  
MUITO EFETIVO



E AÍ, VAMOS COMEÇAR?



# DIREITO CONSTITUCIONAL

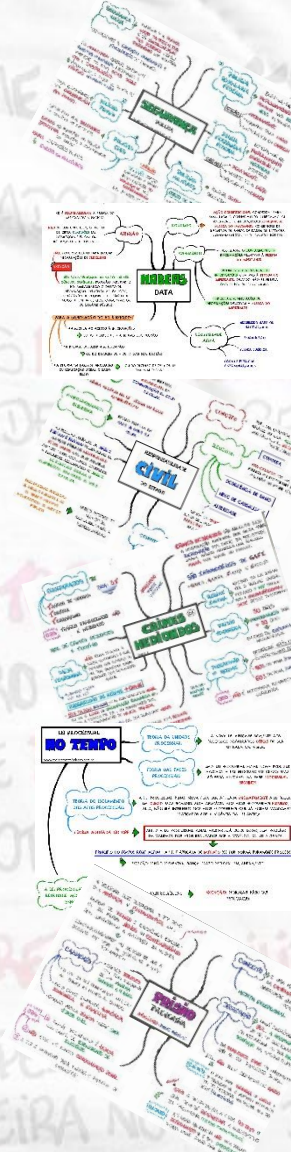
|   |                                                   |    |
|---|---------------------------------------------------|----|
| ☐ | Constitucional .....                              | 19 |
| ☐ | Concepções das Constituições.....                 | 20 |
| ☐ | Pirâmide de Kelsen .....                          | 21 |
| ☐ | Aplicabilidade das Normas Constitucionais .....   | 22 |
| ☐ | Princípios Fundamentais .....                     | 23 |
| ☐ | Direitos e Deveres Individuais e Coletivos .....  | 24 |
| ☐ | Direitos e Deveres Individuais e C. Parte 1 ..... | 25 |
| ☐ | Direitos e Deveres Individuais e C. Parte 2 ..... | 26 |
| ☐ | Direitos e Deveres Individuais e C. Parte 3 ..... | 27 |
| ☐ | Direitos e Deveres Individuais e C. Parte 4 ..... | 28 |
| ☐ | Direitos e Deveres Individuais e C. Parte 5 ..... | 29 |
| ☐ | Remédios Constitucionais .....                    | 30 |
| ☐ | Habeas Corpus .....                               | 31 |
| ☐ | Habeas Corpus .....                               | 32 |
| ☐ | Mandado de Segurança .....                        | 33 |
| ☐ | Mandado de Segurança .....                        | 34 |
| ☐ | Mandado de Injunção .....                         | 35 |
| ☐ | Mandado de Injunção .....                         | 36 |
| ☐ | Habeas Data.....                                  | 37 |
| ☐ | Habeas Data.....                                  | 38 |
| ☐ | Ação Popular .....                                | 39 |
| ☐ | Direitos Sociais- Parte 1 .....                   | 40 |
| ☐ | Direitos Sociais – Parte 2 .....                  | 41 |
| ☐ | Nacionalidade – Parte 1 .....                     | 42 |
| ☐ | Nacionalidade Parte 2 .....                       | 43 |
| ☐ | Nacionalidade Parte3.....                         | 44 |

R1

R2

R3

R4



R1 – REVISÃO 1  
R2 – REVISÃO 2  
R3 – REVISÃO 3  
R4 – REVISÃO 4



# DIREITO CONSTITUCIONAL

|   |                                         |    |
|---|-----------------------------------------|----|
| ❑ | Extradição .....                        | 45 |
| ❑ | Direitos Políticos.....                 | 46 |
| ❑ | Direitos Políticos.....                 | 47 |
| ❑ | Direitos Políticos.....                 | 48 |
| ❑ | Organização Política do Estado.....     | 49 |
| ❑ | Organização Política do Estado.....     | 50 |
| ❑ | Organização Política do Estado.....     | 51 |
| ❑ | Administração Pública.....              | 52 |
| ❑ | Administração Pública.....              | 53 |
| ❑ | Administração Pública.....              | 54 |
| ❑ | Funções dos Poderes.....                | 55 |
| ❑ | Congresso Nacional.....                 | 56 |
| ❑ | Câmara dos Deputados.....               | 57 |
| ❑ | Senado Federal.....                     | 58 |
| ❑ | CPIS.....                               | 59 |
| ❑ | Emendas à constituição.....             | 60 |
| ❑ | Imunidades Parlamentares.....           | 61 |
| ❑ | Poder Executivo.....                    | 62 |
| ❑ | Poder Executivo.....                    | 63 |
| ❑ | Poder Executivo.....                    | 64 |
| ❑ | Poder Executivo.....                    | 65 |
| ❑ | Poder Judiciário.....                   | 66 |
| ❑ | STF.....                                | 68 |
| ❑ | MP.....                                 | 69 |
| ❑ | Segurança Pública.....                  | 70 |
| ❑ | Estado de Defesa e Estado de Sítio..... | 71 |

R1

R2

R3

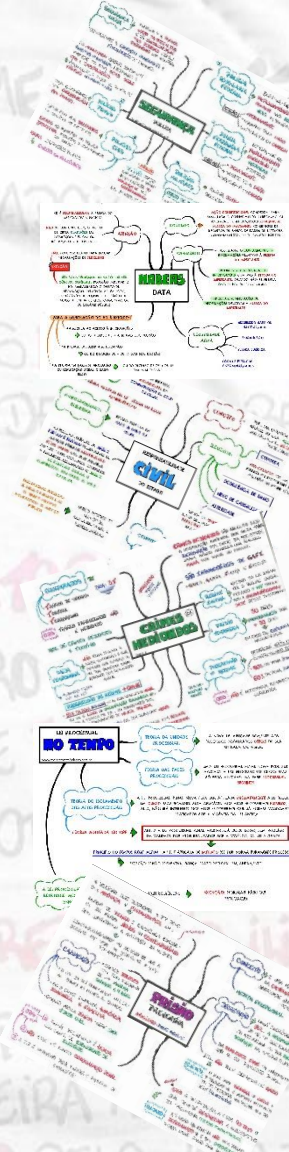
R4

R1

R2

R3

R4



R1 – REVISÃO 1  
R2 – REVISÃO 2  
R3 – REVISÃO 3  
R4 – REVISÃO 4





# DIREITO ADMINISTRATIVO

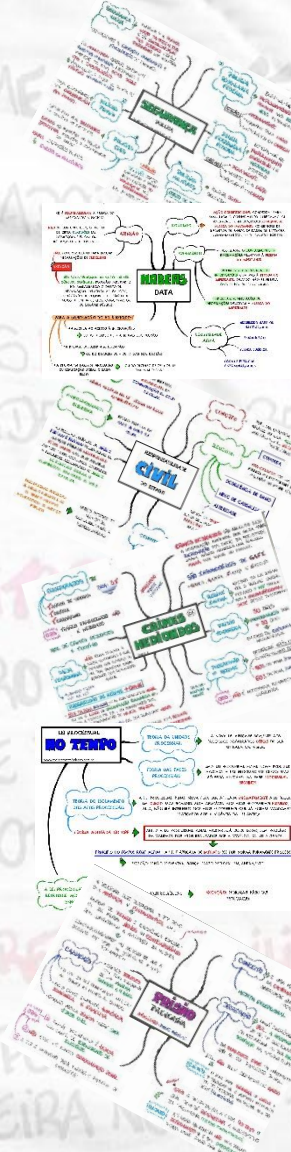
R1

R2

R3

R4

|   |                                                  |    |
|---|--------------------------------------------------|----|
| ☐ | Conceitos Iniciais .....                         | 75 |
| ☐ | Fontes do Direito Administrativo .....           | 76 |
| ☐ | Princípios .....                                 | 77 |
| ☐ | Princípios .....                                 | 78 |
| ☐ | Princípios .....                                 | 79 |
| ☐ | Princípios .....                                 | 80 |
| ☐ | Administração Pública .....                      | 81 |
| ☐ | Administração Pública .....                      | 82 |
| ☐ | Administração Direta.....                        | 83 |
| ☐ | Órgãos públicos.....                             | 84 |
| ☐ | Órgãos públicos.....                             | 85 |
| ☐ | Administração Indireta.....                      | 86 |
| ☐ | Autarquia – Parte 1 .....                        | 87 |
| ☐ | Autarquia – Parte 2 .....                        | 88 |
| ☐ | Fundação Pública.....                            | 89 |
| ☐ | EP & SEM.....                                    | 90 |
| ☐ | Entidades do terceiro setor.....                 | 91 |
| ☐ | Poderes Administrativos. Parte 1 .....           | 92 |
| ☐ | Poderes Administrativos- Espécies. Parte 2 ..... | 93 |
| ☐ | Poderes Administrativos- Espécies. Parte 3 ..... | 94 |
| ☐ | Poderes Administrativos- Espécies. Parte 4 ..... | 95 |
| ☐ | Poderes Administrativos- Espécies. Parte 5 ..... | 96 |
| ☐ | Poderes Administrativos- Espécies. Parte 6 ..... | 97 |
| ☐ | Poderes Administrativos- Espécies. Parte 7 ..... | 98 |

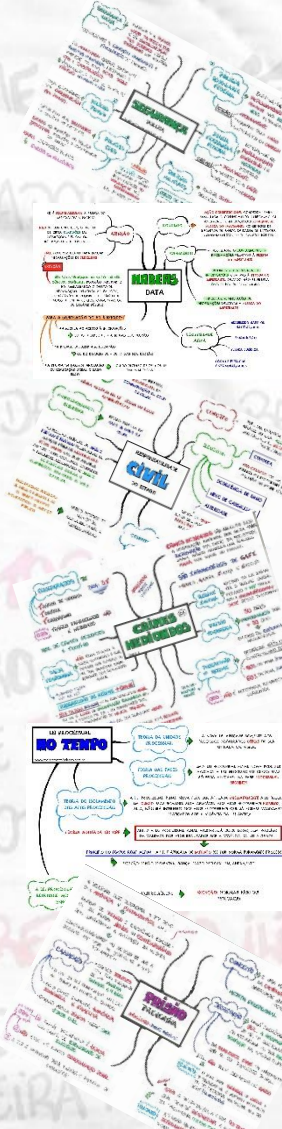


R1 – REVISÃO 1  
R2 – REVISÃO 2  
R3 – REVISÃO 3  
R4 – REVISÃO 4

DIREITO ADMINISTRATIVO

- Atos Administrativos- Conceitos Iniciais. Parte 1 .....99
- Atos Administrativos- Requisitos. Parte 2.....100
- Atos Administrativos.....101
- Atos Administrativos- Atributos. Parte 4.....102
- Atos Administrativos- Espécies – Parte 5 .....103
- Atos Administrativos- classificação . Parte 6 .....104
- Atos Administrativos- classificação . Parte 7 .....105
- Atos Administrativos- Extinção. Parte 8 .....106
- Responsabilidade Civil do estado.....108
- Improbidade Administrativa- Parte 1 .....110
- Improbidade Administrativa – Parte 2 .....111
- Improbidade Administrativa – Parte 3 .....112
- Improbidade Administrativa- Parte 4 .....113
- Controle Adm. ....114
- Controle Adm. ....115
- Controle Adm. ....116
- Controle Adm. ....117
- Controle Adm. ....118
- Lei 8.112 – Disposições Gerais .....119
- Lei 8.112 – Formas de Provimento .....120
- Lei 8.122- Formas de Provimento .....121
- Lei „8.122- Formas de Provimento .....122
- Lei 8.112 – Formas de Provimento .....123

R1 R2 R3 R4



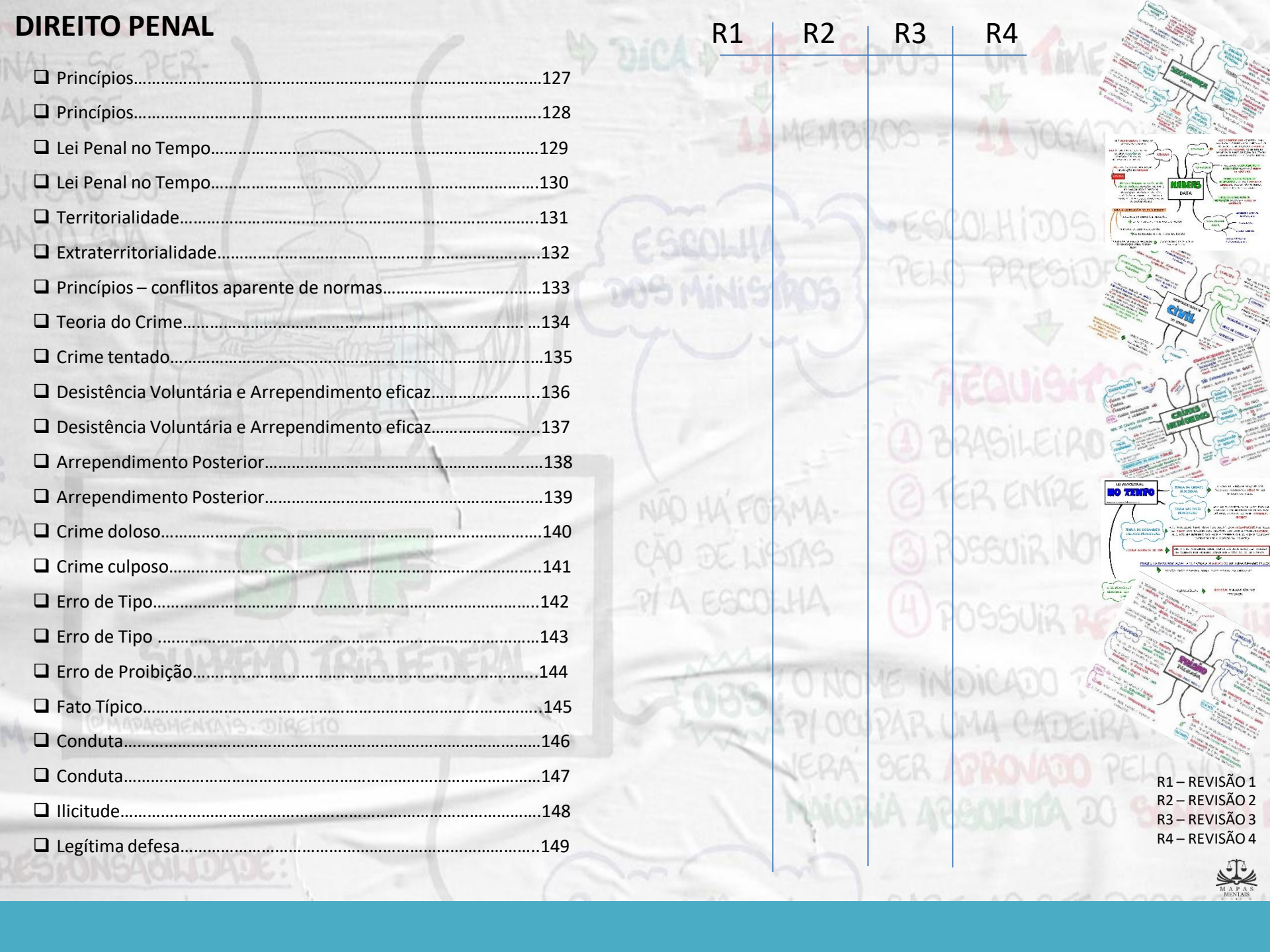
R1 – REVISÃO 1  
R2 – REVISÃO 2  
R3 – REVISÃO 3  
R4 – REVISÃO 4





| DIREITO PENAL                                         | R1  | R2 | R3 | R4 |
|-------------------------------------------------------|-----|----|----|----|
| ❑ Princípios.....                                     | 127 |    |    |    |
| ❑ Princípios.....                                     | 128 |    |    |    |
| ❑ Lei Penal no Tempo.....                             | 129 |    |    |    |
| ❑ Lei Penal no Tempo.....                             | 130 |    |    |    |
| ❑ Territorialidade.....                               | 131 |    |    |    |
| ❑ Extraterritorialidade.....                          | 132 |    |    |    |
| ❑ Princípios – conflitos aparente de normas.....      | 133 |    |    |    |
| ❑ Teoria do Crime.....                                | 134 |    |    |    |
| ❑ Crime tentado.....                                  | 135 |    |    |    |
| ❑ Desistência Voluntária e Arrependimento eficaz..... | 136 |    |    |    |
| ❑ Desistência Voluntária e Arrependimento eficaz..... | 137 |    |    |    |
| ❑ Arrependimento Posterior.....                       | 138 |    |    |    |
| ❑ Arrependimento Posterior.....                       | 139 |    |    |    |
| ❑ Crime doloso.....                                   | 140 |    |    |    |
| ❑ Crime culposo.....                                  | 141 |    |    |    |
| ❑ Erro de Tipo.....                                   | 142 |    |    |    |
| ❑ Erro de Tipo .....                                  | 143 |    |    |    |
| ❑ Erro de Proibição.....                              | 144 |    |    |    |
| ❑ Fato Típico.....                                    | 145 |    |    |    |
| ❑ Conduta.....                                        | 146 |    |    |    |
| ❑ Conduta.....                                        | 147 |    |    |    |
| ❑ Illicitude.....                                     | 148 |    |    |    |
| ❑ Legítima defesa.....                                | 149 |    |    |    |

| DIREITO PENAL                                         | R1  | R2 | R3 | R4 |
|-------------------------------------------------------|-----|----|----|----|
| ❑ Princípios.....                                     | 127 |    |    |    |
| ❑ Princípios.....                                     | 128 |    |    |    |
| ❑ Lei Penal no Tempo.....                             | 129 |    |    |    |
| ❑ Lei Penal no Tempo.....                             | 130 |    |    |    |
| ❑ Territorialidade.....                               | 131 |    |    |    |
| ❑ Extraterritorialidade.....                          | 132 |    |    |    |
| ❑ Princípios – conflitos aparente de normas.....      | 133 |    |    |    |
| ❑ Teoria do Crime.....                                | 134 |    |    |    |
| ❑ Crime tentado.....                                  | 135 |    |    |    |
| ❑ Desistência Voluntária e Arrependimento eficaz..... | 136 |    |    |    |
| ❑ Desistência Voluntária e Arrependimento eficaz..... | 137 |    |    |    |
| ❑ Arrependimento Posterior.....                       | 138 |    |    |    |
| ❑ Arrependimento Posterior.....                       | 139 |    |    |    |
| ❑ Crime doloso.....                                   | 140 |    |    |    |
| ❑ Crime culposo.....                                  | 141 |    |    |    |
| ❑ Erro de Tipo.....                                   | 142 |    |    |    |
| ❑ Erro de Tipo.....                                   | 143 |    |    |    |
| ❑ Erro de Proibição.....                              | 144 |    |    |    |
| ❑ Fato Típico.....                                    | 145 |    |    |    |
| ❑ Conduta.....                                        | 146 |    |    |    |
| ❑ Conduta.....                                        | 147 |    |    |    |
| ❑ Illicitude.....                                     | 148 |    |    |    |
| ❑ Legítima defesa.....                                | 149 |    |    |    |



| DIREITO PENAL                                         | R1  | R2 | R3 | R4 |
|-------------------------------------------------------|-----|----|----|----|
| ❑ Princípios.....                                     | 127 |    |    |    |
| ❑ Princípios.....                                     | 128 |    |    |    |
| ❑ Lei Penal no Tempo.....                             | 129 |    |    |    |
| ❑ Lei Penal no Tempo.....                             | 130 |    |    |    |
| ❑ Territorialidade.....                               | 131 |    |    |    |
| ❑ Extraterritorialidade.....                          | 132 |    |    |    |
| ❑ Princípios – conflitos aparente de normas.....      | 133 |    |    |    |
| ❑ Teoria do Crime.....                                | 134 |    |    |    |
| ❑ Crime tentado.....                                  | 135 |    |    |    |
| ❑ Desistência Voluntária e Arrependimento eficaz..... | 136 |    |    |    |
| ❑ Desistência Voluntária e Arrependimento eficaz..... | 137 |    |    |    |
| ❑ Arrependimento Posterior.....                       | 138 |    |    |    |
| ❑ Arrependimento Posterior.....                       | 139 |    |    |    |
| ❑ Crime doloso.....                                   | 140 |    |    |    |
| ❑ Crime culposo.....                                  | 141 |    |    |    |
| ❑ Erro de Tipo.....                                   | 142 |    |    |    |
| ❑ Erro de Tipo.....                                   | 143 |    |    |    |
| ❑ Erro de Proibição.....                              | 144 |    |    |    |
| ❑ Fato Típico.....                                    | 145 |    |    |    |
| ❑ Conduta.....                                        | 146 |    |    |    |
| ❑ Conduta.....                                        | 147 |    |    |    |
| ❑ Illicitude.....                                     | 148 |    |    |    |
| ❑ Legítima defesa.....                                | 149 |    |    |    |

# DIREITO PENAL

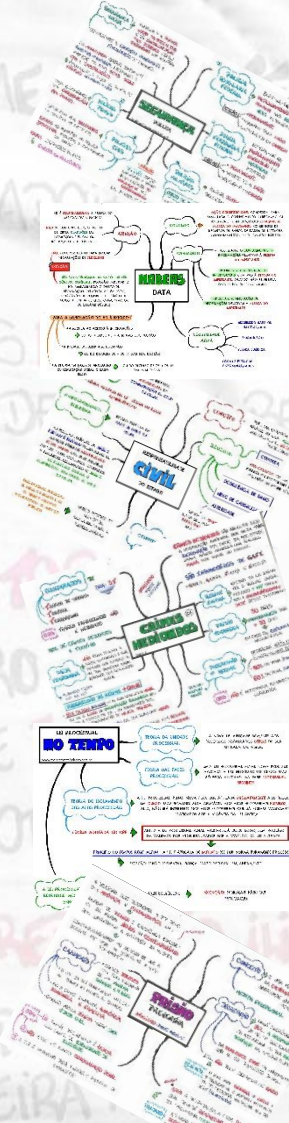
|                                                                                |     |
|--------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <input type="checkbox"/> Estado de Necessidade.....                            | 150 |
| <input type="checkbox"/> Exercício Regular e Estrito cumprimento do dever..... | 151 |
| <input type="checkbox"/> Excesso punível.....                                  | 152 |
| <input type="checkbox"/> Culpabilidade.....                                    | 153 |
| <input type="checkbox"/> Culpabilidade.....                                    | 154 |
| <input type="checkbox"/> Imputabilidade.....                                   | 155 |
| <input type="checkbox"/> Extinção da punibilidade.....                         | 156 |
| <input type="checkbox"/> Concurso de crimes .....                              | 157 |
| <input type="checkbox"/> Concurso de pessoas.....                              | 158 |
| <input type="checkbox"/> Concurso de pessoas.....                              | 159 |
| <br><input type="checkbox"/> CRIMES CONTRA A PESSOA                            |     |
| <input type="checkbox"/> Homicídio.....                                        | 160 |
| <input type="checkbox"/> Induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio.....   | 167 |
| <input type="checkbox"/> Infanticídio.....                                     | 170 |
| <input type="checkbox"/> Aborto.....                                           | 171 |
| <input type="checkbox"/> Lesão corporal.....                                   | 173 |
| <input type="checkbox"/> Crimes contra a honra.....                            | 175 |
| <br><input type="checkbox"/> CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO                        |     |
| <input type="checkbox"/> Furto.....                                            | 176 |
| <input type="checkbox"/> Roubo.....                                            | 179 |

R1

R2

R3

R4



R1 – REVISÃO 1  
R2 – REVISÃO 2  
R3 – REVISÃO 3  
R4 – REVISÃO 4



# DIREITO PENAL

## ☐ CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

|                                      |     |
|--------------------------------------|-----|
| ☐ Peculato.....                      | 181 |
| ☐ Concussão x excesso de exação..... | 184 |
| ☐ Corrupção passiva.....             | 185 |

## ☐ CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL 187

|                                                   |     |
|---------------------------------------------------|-----|
| ☐ Estupro.....                                    | 188 |
| ☐ Estupro de vulnerável.....                      | 189 |
| ☐ Corrupção de menores e importunação sexual..... | 190 |
| ☐ Violação sexual mediante fraude e assédio.....  | 191 |

## ☐ CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA

|                                                    |     |
|----------------------------------------------------|-----|
| ☐ Moeda falsa.....                                 | 192 |
| ☐ Assimilados e petrechos de falsificação.....     | 193 |
| ☐ Falsificação de papeis públicos.....             | 194 |
| ☐ Falsificação de selo ou sinal público.....       | 195 |
| ☐ Falsidade de documento público e particular..... | 196 |

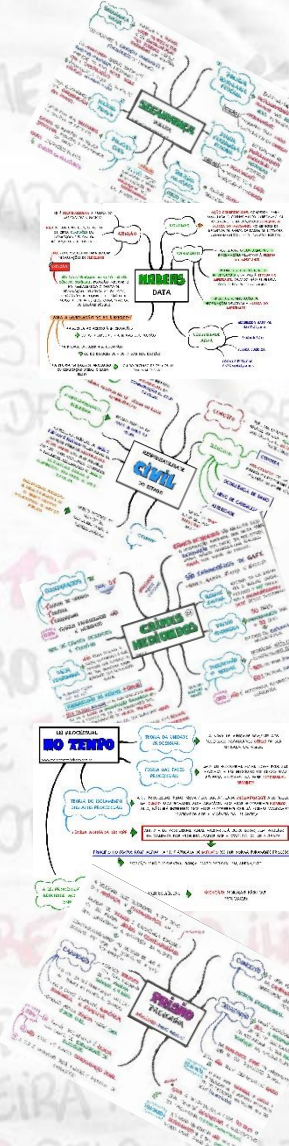
©MAPASMENTAIS.DIREITO

R1

R2

R3

R4



R1 – REVISÃO 1  
R2 – REVISÃO 2  
R3 – REVISÃO 3  
R4 – REVISÃO 4



# DIREITO PROCESSUAL PENAL

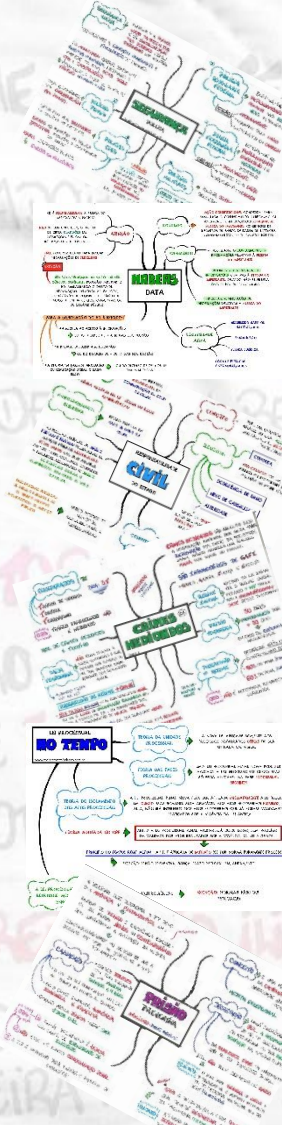
|                                     |     |
|-------------------------------------|-----|
| ❑ Lei Penal no Espaço.....          | 201 |
| ❑ Lei Penal no Espaço.....          | 202 |
| ❑ Inquérito Policial. Parte 1 ..... | 203 |
| ❑ Inquérito Policial. Parte 2 ..... | 204 |
| ❑ Inquérito Policial- Parte 3 ..... | 205 |
| ❑ Arquivamento IP.....              | 206 |
| ❑ Arquivamento IP .....             | 207 |
| ❑ Ação Penal. Parte 1 .....         | 210 |
| ❑ Ação Penal. Parte 2.....          | 211 |
| ❑ Ação Penal. Parte 2.....          | 212 |
| ❑ ANPP.....                         | 213 |
| ❑ Competência. Parte 1.....         | 215 |
| ❑ Competência. Parte 2 .....        | 216 |
| ❑ Competência. Parte 3 .....        | 217 |
| ❑ Competência. Parte 5 .....        | 218 |
| ❑ Competência. Parte 6 .....        | 219 |
| ❑ Competência. Parte 7 .....        | 220 |
| ❑ Prova. Parte 1 .....              | 221 |
| ❑ Prova. Parte 2 .....              | 222 |
| ❑ Prova Parte 3 .....               | 223 |
| ❑ Prova Parte 4 .....               | 224 |
| ❑ Cadeia de custodia.....           | 225 |

R1

R2

R3

R4



R1 – REVISÃO 1  
R2 – REVISÃO 2  
R3 – REVISÃO 3  
R4 – REVISÃO 4





# DIREITO PROCESSUAL PENAL

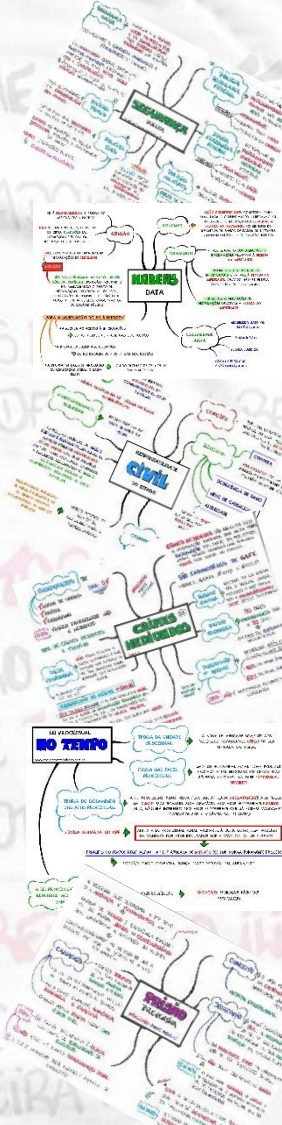
|                                                                     |     |
|---------------------------------------------------------------------|-----|
| <input type="checkbox"/> Prova - interrogatório.....                | 226 |
| <input type="checkbox"/> Prova- Confissão e testemunha.....         | 227 |
| <input type="checkbox"/> Prisão em Flagrante.....                   | 228 |
| <input type="checkbox"/> Prisão Preventiva .....                    | 229 |
| <input type="checkbox"/> Prisão Preventiva .....                    | 230 |
| <input type="checkbox"/> Prisão Domiciliar. ....                    | 231 |
| <input type="checkbox"/> Fiança.....                                | 232 |
| <input type="checkbox"/> Prisão Temporária.....                     | 234 |
| <input type="checkbox"/> Processos em Espécie .....                 | 235 |
| <input type="checkbox"/> Processos em Espécie .....                 | 236 |
| <input type="checkbox"/> Interceptação x Escuta x Gravação .....    | 237 |
| <input type="checkbox"/> Lei N 9.926 Interceptação Telefônica ..... | 238 |
| <input type="checkbox"/> Lei N 9.296 Interceptação Telefônica ..... | 239 |

R1

R2

R3

R4



R1 – REVISÃO 1  
R2 – REVISÃO 2  
R3 – REVISÃO 3  
R4 – REVISÃO 4



## LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

|                                                                 |     |
|-----------------------------------------------------------------|-----|
| ❑ Lei de Organização criminosa – 3MAPAS.....                    | 241 |
| ❑ Lei de Execução Penal Lei Nº 7.210/84 - 12 MAPAS .....        | 244 |
| ❑ Abuso de Autoridade Lei Nº 13.869/19 – Parte 1 e 2.....       | 256 |
| ❑ Lei Antitortura Nº 9.455/97 – Parte 1, 2 e 3.....             | 258 |
| ❑ Jecrim Lei Nº 9.099 – Parte 1, 2, 3, 4 e 5.....               | 261 |
| ❑ Estatuto do Desarmamento Lei Nº 10.826 – Parte 1,2,3,4.....   | 266 |
| ❑ Crimes Hediondos Lei Nº 8.072/90 – Parte 1,2 e 3 .....        | 270 |
| ❑ Lei Maria da Penha – Lei Nº 11.340 – Parte 1 a 5.....         | 272 |
| ❑ Lei de Drogas – Lei Nº 11.343/06 – Parte 1 a 9.....           | 278 |
| ❑ Estatuto da Criança e do Adolescente – Parte 1,2,3,4,e 5..... | 287 |

| R1 | R2 | R3 | R4                                                                                      |
|----|----|----|-----------------------------------------------------------------------------------------|
|    |    |    |                                                                                         |
|    |    |    | <p>R1 – REVISÃO 1</p> <p>R2 – REVISÃO 2</p> <p>R3 – REVISÃO 3</p> <p>R4 – REVISÃO 4</p> |





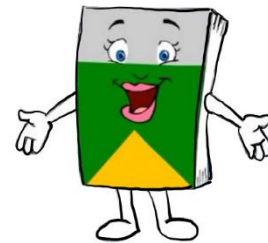
MAPAS  
MENTAIS  
DIREITO

# DIREITO CONSTITUCIONAL

@MAPASMENTAIS.DIREITO

*Sarah Guimarães*

# CONSTITUIÇÃO FEDERAL



## CARACTERÍSTICAS



PEDRA DE

PROMULGADA

ESCRITA

DOGMÁTICA

RÍGIDA

ANALÍTICA

DIRIGENTE

FORMAL

DE TODAS AS LEIS QUE EXISTEM EM UM PAÍS, A CONSTITUIÇÃO É A MAIS IMPORTANTE DELAS. É A NORMA QUE TRATA JUSTAMENTE DA ELABORAÇÃO DAS OUTRAS LEIS (COMO DEVEM SER FEITAS, ETC.)

QTO À ORIGEM

PROMULGADA



PARTICIPAÇÃO DO **POVO** (DIRETA OU INDIRETAMENTE)

QTO À FORMA

ESCRITA



REDIGIDA EM UM ÚNICO DOCUMENTO PARA SER A LEI MÁXIMA DE UM ESTADO;

QTO À ELABORAÇÃO

DOGMÁTICA



CONCEBIDA POR UM **ÓRGÃO**

**CONSTITUINTE** A PARTIR DE IDEIAS E PRINCÍPIOS

QTO À ESTABILIDADE

RÍGIDA



CONSTITUIÇÕES ESCRITAS QUE **PODERÃO SER ALTERADAS POR UM PROCESSO LEGISLATIVO MAIS COMPLEXO** QUE OUTRAS NORMAS DO ORDENAMENTO JURÍDICO;

QTO À EXTENSÃO

ANALÍTICA



NÃO CUIDA APENAS DOS TEMAS INDISPENSÁVEIS AO ESTADO E AO POVO. REGULAMENTA **TODOS OS ASSUNTOS**

QTO À FUNÇÃO

DIRIGENTE



DIRIGE OS RUMOS DO ESTADO

QTO AO CONTEÚDO

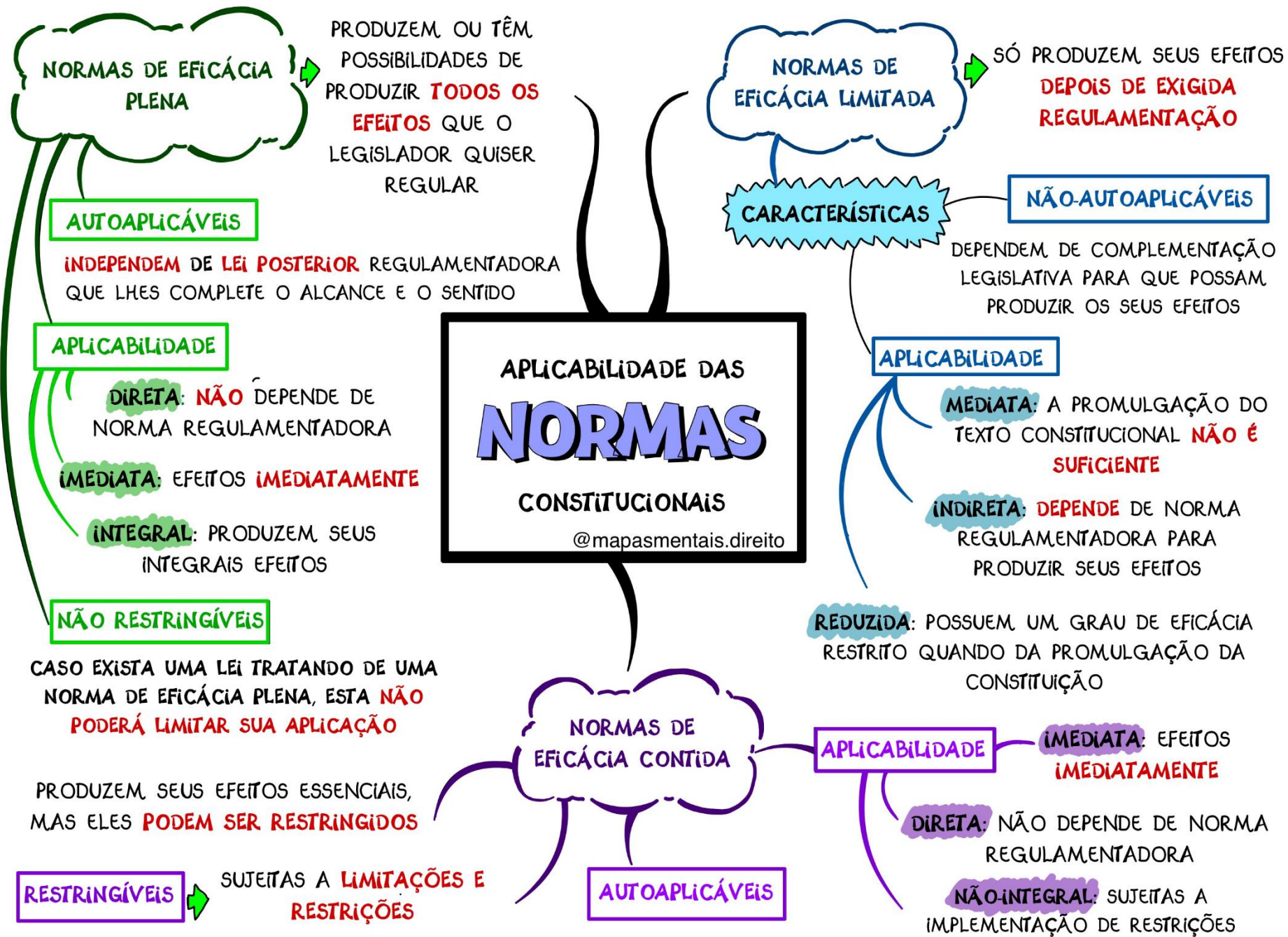
FORMAL



CONCEBIDA DE FORMA ESCRITA

AS **NORMAS CONSTITUCIONAIS** ESTÃO NO TEXTO DA CF, AS DEMAIS NORMAS SERÃO INFRACONSTITUCIONAIS





# DIREITOS E DEVERES

## INDIVIDUAIS E COLETIVOS

LIBERDADE DE  
CONSCIÊNCIA, CRENÇA  
E CULTO

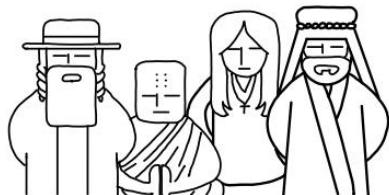
NINGUÉM SERÁ **PRIVADO** DE  
DIREITO POR MOTIVO DE  
**CRENÇA RELIGIOSA, FILOSÓFICA  
OU POLÍTICA**, SALVO SE AS  
INVOCAR PARA **EXIMIR-SE DE  
OBRIGAÇÃO** A TODOS  
IMPOSTA E RECUSAR-SE A  
CUMPRIR PRESTAÇÃO  
ALTERNATIVA

EFICÁCIA CONTIDA

A LEI DEVE PROTEGER OS LOCAIS DE CULTO,  
LITURGIAS E CERIMÔNIAS

EFICÁCIA LIMITADA

É ASSEGURADA, NOS TERMOS DA LEI, A **PRESTAÇÃO  
DE ASSISTÊNCIA RELIGIOSA** NAS ENTIDADES **CIVIS E  
MILITARES** DE INTERNAÇÃO COLETIVA



INTIMIDADE A VIDA PRIVADA, A  
HONRA E A IMAGEM DAS PESSOAS

SÃO **INVOLÁVEIS**

ASSEGURADO O DIREITO A **INDENIZAÇÃO**  
PELO DANO MATERIAL, OU MORAL  
DECORRENTE DE SUA VIOLAÇÃO

**PESSOAS JURÍDICAS** TAMBÉM PODERÃO  
SER INDENIZADAS POR DANO MORAL

CONDENAÇÃO POR DANO MORAL, **NÃO**  
É NECESSÁRIO OFENSA À REPUTAÇÃO  
DO OFENDIDO (INDIVÍDUO)

**QUEBRA DE SIGILO  
BANCÁRIO**

PODER JUDICIÁRIO

CPis

M.P - CONTAS BANCÁRIAS DA  
TITULARIDADE DE ENTES PÚBLICOS



**IMPETRADO**

→ É QUEM CONCEDEU A ILEGALIDADE

AUTORIDADE OU PARTICULAR, DESDE QUE O CONSTRANGIMENTO SEJA DECORRENTE DA FUNÇÃO POR ELE EXERCIDA

**PREVENTIVO**



IMPETRADO ANTES DA VIOLAÇÃO DO DIREITO DE LOCOMOÇÃO

**REPRESSIVO**



IMPETRADO PARA LIBERAR UM INDIVÍDUO QUE JÁ ESTÁ PRESO

**PACIENTE**



AQUELE QUE RECEBE O BENEFÍCIO DECORRENTE DA IMPETRAÇÃO DO HC

**HABEAS CORPUS**



CONCEDER-SE-À HABEAS CORPUS SEMPRE QUE **ALGUÉM** SOFRER OU SE ACHAR AMEAÇADO DE SOFRER VIOLÊNCIA OU COAÇÃO EM SUA LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO, POR ILEGALIDADE OU ABUSO DE PODER.

GRATUITO

**NÃO** EXIGE CAPACIDADE POSTULATÓRIA

AÇÃO DE NATUREZA **PENAL** NÃO CONDENATÓRIA

**IMPETRANTE**



**QUALQUER PESSOA** FÍSICA OU JURÍDICA EM FAVOR DE PESSOA FÍSICA

EX: NACIONAL, ESTRANGEIRO, DOENTE MENTAL, ANALFABETO ETC.

HC CUJA PETIÇÃO SEJA **APÓCRIFA** **NÃO É ACEITO**

**ATENÇÃO**

MP E JUÍZ **PODEM** DE **OFÍCIO** IMPETRAR HC

DETERMINAÇÃO DE QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO EM PROCESSO PENAL **QUE** **PODE GERAR A PRISÃO**



PODE SER IMPETRADO POR HC

DETERMINAÇÃO DE QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO EM PROCESSO ADM. QUE NÃO HAJA AMEAÇA À LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO



PODE SER IMPUGNADO POR MS

**EXCEÇÃO AO PRINCÍPIO DA INÉRCIA JURISDICIONAL**  
O JUÍZ DE DIREITO, DESEMBARGADOR, MINISTROS, TURMA RECURSAL E O TRIBUNAL PODERÃO CONCEDER HC DE OFÍCIO, NO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO JURISDICIONAL

# DE MANDADO DE SEGURANÇA

MS



NÃO CABE MS

CONTRA **ATOS DE GESTÃO COMERCIAL** PRATICADOS POR ADMINISTRADORES DE EP, SEM, E CONCESSIONÁRIAS

CONTRA LEI EM TESE

CONTRA **ATO** JUDICIAL PASSÍVEL DE **RECURSO OU CORREÇÃO**

CONTRA DECISÃO JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO

CONTRA **ATO** QUE CAIBA RECURSO ADMINISTRATIVO **COM** EFEITO SUSPENSIVO

CONTRA **DECISÃO JUDICIAL** QUE CAIBA **RECURSO COM EFEITO SUSPENSIVO**

## SÚMULAS STF E STJ

Súmula no 101, STF: "O mandado de segurança **não** substitui a **ação popular**."

Súmula no 269, STF: "O mandado de segurança **não** é substitutivo de **ação de cobrança**"

Súmula no 429, STF: "A existência de recurso administrativo com efeito suspensivo **não impede** o uso do mandado de segurança contra **omissão** da autoridade."

Súmula no 430, STF: "Pedido de reconsideração na via administrativa não interrompe o prazo para o mandado de segurança."

Súmula no 510, STF: "Praticado o ato por autoridade, no exercício de competência delegada, contra ela cabe o mandado de segurança ou a medida judicial."

Súmula no 625, STF: "Controvérsia sobre matéria de direito não impede concessão de mandado de segurança."

Súmula no 701, STF: "No mandado de segurança impetrado pelo ministério público contra decisão proferida em processo penal, é obrigatória a citação do réu como litisconsorte passivo."

Súmula no 105, STJ: "Na ação de mandado de segurança não se admite condenação em honorários advocatícios."

Súmula no 213, STJ: "O mandado de segurança constitui ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária."

Súmula no 333, STJ: "Cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública."

Súmula no 376, STJ: "Compete à turma recursal processar e julgar o mandado de segurança contra ato de juizado especial."

Súmula no 460, STJ: "É incabível o mandado de segurança para convalidar a compensação tributária realizada pelo contribuinte."

Súmula no 628, STJ: "A teoria da encampação é aplicada no mandado de segurança quando presentes, cumulativamente, os seguintes requisitos: a) existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado; b) manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas; e c) ausência de modificação de competência estabelecida na Constituição Federal."





# NACIONALIDADE

SECUNDÁRIA/ADQUIRIDA

- NATURALIZAÇÃO -

**PELA LEI DE MIGRAÇÃO**

## ORDINÁRIA LEGAL

CAPACIDADE CIVIL

**4 ANOS** MORANDO NO BR

NÃO TER CONDENAÇÃO NO BR OU ESTAR REABILITADO

**COMUNICAR** EM LÍNGUA PORTUGUESA

## ORDINÁRIA ESPECIAL

ESTRANGEIRO QUE SEJA CÔNJUGE OU COMPANHEIRO HÁ **+ DE 5 ANOS** DE INTEGRANTE DO SERVIÇO EXTERIOR BRASILEIRO EM ATIVIDADE OU PESSOA A SERVIÇO DO ESTADO BRASILEIRO NO EXTERIOR

ESTRANGEIRO QUE SEJA OU TENHA SIDO EMPREGADO EM MISSÃO DIPLOMÁTICA OU EM REPARTIÇÃO CONSULAR NO BR POR **+ DE 10 ANOS** ININTERRUPTOS

## ORDINÁRIA PROVISÓRIA

IMIGRANTE CRIANÇA OU ADOLESCENTE QUE TENHA RESIDÊNCIA NO BR ANTES DE COMPLETAR 10 ANOS - ADQUIRIDA PELO REPRESENTANTE LEGAL

SERÁ DEFINITIVA SE REQUERER NO PRAZO DE 2 ANOS APÓS ATINGIR A MAIORIDADE

ART. 12, II

## ORDINÁRIA

ORIGINÁRIOS DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

IDONEIDADE **MORAL**

RESIDÊNCIA POR **1 ANO** ININTERRUPTO

NÃO GERA DIREITO SUBJETIVO - ATO DE IMPÉRIO

ART. 12º, III, b

## EXTRAORDINÁRIA

**ESTRANGEIROS**

RESIDÊNCIA COM **+ DE 15 ANOS** ININTERRUPTOS

**SEM** CONDENAÇÃO PENAL

REQUEIRA A NACIONALIDADE BRASILEIRA

GERA DIREITO SUBJETIVO. NÃO PODE SER NEGADA (VINCULADO)

HÁ DIVERGÊNCIA DOUTRINÁRIA

## QUASE NACIONALIDADE



PORTUGUÊS EQUIPARADO

AOS PORTUGUESES COM RESIDÊNCIA PERMANENTE NO BR, SE HOUVER RECIPROCIDADE, SERÃO ATRIBUÍDOS OS DIREITOS DO BRASILEIRO NATURALIZADO, SALVO OS CASOS PREVISTOS NA CF

# ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

|                    |                  |                   |
|--------------------|------------------|-------------------|
| FORMA DE GOVERNO   | REPÚBLICA        | FOGO NA REPÚBLICA |
| FORMA DE ESTADO    | FEDERAÇÃO        | O ESTADO FEDE     |
| SISTEMA DE GOVERNO | PRESIDENCIALISMO | SIGO O PRESIDENTE |
| REGIME DE GOVERNO  | DEMOCRACIA       | REGO DEMOCRÁTICO  |





## REQUISITOS PARA SER DEPUTADO

- 1) BRASILEIRO **NATO** OU **NATURALIZADO**
- 2) FILIAÇÃO PARTIDÁRIA
- 3) MAIOR DE **21** ANOS
- 4) DOMICÍLIO ELEITORAL NO ESTADO-MEMBRO

**EXCEÇÃO** → **PRESIDENTE DA C.D.** = POSSUIR **35** ANOS E SER BRASILEIRO **NATO**

## COMPETÊNCIAS PRIVATIVAS

→ **NÃO** DEPENDEM DE SANÇÃO PRESIDENCIAL

- 1) **AUTORIZAR** POR **2/3** DE SEUS MEMBROS A **INSTAURAÇÃO DE PROCESSO** CONTRA O PRESIDENTE E O VICE-PRES. DA REPÚBLICA E OS MINISTROS DE ESTADO.
- 2) PROCEDER À TOMADA DE CONTAS DO PRESIDENTE DA REP. QUANDO **NÃO** APRESENTADAS AO CN. DENTRO DE **60 DIAS** APÓS A ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA.
- 3) ELABORAR O SEU REGIMENTO INTERNO
- 4) ELEGER MEMBROS DO CONSELHO DA REPÚBLICA
- 5) DISPOR SOBRE **POF TEC**

**POLÍCIA,**  
**ORGANIZAÇÃO,**  
**FUNCIONAMENTO,**

**TRANSFORMAÇÃO**  
ou  
**EXTINÇÃO**  
**criação de:**

CARGOS  
EMPREGOS E  
FUNÇÕES

## COMPOSIÇÃO

É COMPOSTA POR REPRESENTANTES **DO POVO**

**Nº DE CANDIDATOS** = TOTAL **513**

**MÍNIMO 8** POR  
ESTADO E DF

→ MÁXIMO = **70**

TERRITÓRIO FEDERAIS

Nº FIXO = **4 DEPUTADOS**

↓  
**SEM REPRESENTAÇÃO NO SF**

## ELEIÇÃO

→ SÃO ELEITOS SEGUNDO O SISTEMA DO **PRINCÍPIO PROPORCIONAL**

Nº DE CANDIDATOS PROPORCIONAL À **POPULAÇÃO** DE CADA ESTADO E DO DF E NÃO AO Nº DE ELEITORES

## ATENÇÃO

• **POVO**: BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS

• **POPULAÇÃO**: BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS, JUNTO COM ESTRANGEIROS E APÁTRIDAS

## MANDATO

→ **4** ANOS → PERMITIDA REELEIÇÃO

## OBS

DEPUTADOS **NÃO** TEM SUPLENTE

SUBMETE-SE ÀS REGRAS DA FIDELIDADE PARTIDÁRIA

• **EM REGRA: CASA INICIADORA**



## DEPUTADOS E SENADORES DA REPÚBLICA

POSSUEM IMUNIDADE **MATERIAL** (ABSOLUTA)  
POSSUEM IMUNIDADE **FORMAL** (RELATIVA)  
JULGAMENTO PELO STF

## DEPUTADOS ESTADUAIS

POSSUEM IMUNIDADE **MATERIAL** (ABSOLUTA)  
POSSUEM IMUNIDADE **FORMAL** (RELATIVA)  
JULGAMENTO PELO TJ, TRF E TRE

## VEREADORES

POSSUEM IMUNIDADE **MATERIAL** (ABSOLUTA)  
PELAS PALAVRAS E VOTOS PROFERIDAS NO  
EXERCÍCIO DO MANDATO E RESTRITA À  
CIRCUNSCRIÇÃO DO MUNICÍPIO EM QUE  
EXERCEM A VEREANÇA

**NÃO POSSUEM IMUNIDADE FORMAL** (RELATIVA)  
REGRA: JULGAMENTO PELO ÓRGÃO DE 1 GRAU

O FATO DE O PARLAMENTAR **ESTAR NA CASA LEGISLATIVA**  
NO MOMENTO EM QUE PROFERIU AS DECLARAÇÕES **NÃO**  
AFASTA A POSSIBILIDADE DE COMETIMENTO DE CRIMES  
**CONTRA A HONRA**, NOS CASOS EM QUE AS OFENSAS SÃO  
DIVULGADAS PELO PRÓPRIO PARLAMENTAR NA **INTERNET**

PARLAMENTARES **NÃO TÊM IMUNIDADE FORMAL** QUANTO  
À PRISÃO EM CASO DE CONDENÇÃO DEFINITIVA

EU FALO O  
QUE EU  
QUISER!

ESPÉCIES

# IMUNIDADES DOS PARLAMENTARES

MATERIAL (INVIOLABILIDADE OU INDENIDADE)

SIGNIFICA QUE OS DEPUTADOS E  
SENADORES SÃO **INVIOLÁVEIS, CIVIL E**  
**PENALMENTE**, POR QUAISQUER DE SUAS  
**OPINIÕES, PALAVRAS E VOTOS**

FORMAL

→ **EM RELAÇÃO À PRISÃO**

DESDE A EXPEDIÇÃO DO DIPLOMA, OS  
MEMBROS DO CN **NÃO PODERÃO**  
**SER PRESOS**, SALVO EM FLAGRANTE  
DE CRIME INAFIANÇÁVEL

**EM RELAÇÃO AO PROCESSO**

SE FOR PROPOSTA E RECEBIDA A DENÚNCIA  
CRIMINAL CONTRA SENADOR OU DEPUTADO  
FEDERAL POR CRIME OCORRIDO **APÓS A**  
**DIPLOMAÇÃO**, O STF DARÁ CIÊNCIA À CASA  
RESPECTIVA, QUE, POR INICIATIVA DE PARTIDO  
POLÍTICO NELA REPRESENTADO E PELO VOTO DA  
MAIORIA SE SEUS MEMBROS, PODERÁ, ATÉ A  
DECISÃO FINAL, **SUSTAR O ANDAMENTO DA AÇÃO**

SÚMULA N 245, STF: A IMUNIDADE PARLAMENTAR **NÃO SE**  
ESTENDE AO **CORRÊU** SEM ESSA PRERROGATIVA

→ SEGUNDO A DOUTRINA, NÃO SERIA APLICÁVEL ESSA SÚMULA  
NA HIPÓTESE DE IMUNIDADE MATERIAL, APENAS FORMAL.

INFO 969

INFO 712





MAPAS  
MENTAIS  
DIREITO

# DIREITO ADMINISTRATIVO

@MAPASMENTAIS.DIREITO

*Sarah Guimarães*

# DIREITO ADMINISTRATIVO



## CONCEITO

É O CONJUNTO DE NORMAS E PRINCÍPIOS QUE DISCIPLINAM OS ÓRGÃOS, AGENTES, ENTIDADES, BENS E SERVIÇOS PÚBLICOS, ASSIM, COMO OS ATOS, PODERES, PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DO ESTADO

ATIVIDADE JURÍDICA NÃO CONTENCIOSA

SISTEMA INGLÊS É ADOTADO NO BRASIL

### SISTEMA INGLÊS

JURISDIÇÃO ÚNICA

TODOS OS LITÍGIOS  
PODEM SER RESOLVIDOS  
NA JUSTIÇA COMUM

### SISTEMA FRANCÊS

CONTENCIOSO ADM.

DUALIDADE DE  
JURISDIÇÃO

## ESTADO

PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO E EXTERNO FORMADA DE MANEIRA INDISSOCIÁVEL PELO **POVO, TERRITÓRIO E GOVERNO**

## GOVERNO

É O CONJUNTO DE ÓRGÃOS E AGENTES DE CÚPULA DE CADA UM DOS TRÊS PODERES DO ESTADO QUE EXERCEM A FUNÇÃO POLÍTICA OU DE COMANDO DO ESTADO

FORMA DE GOVERNO: REPÚBLICA  
REGIME DE GOVERNO: DEMOCRACIA

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SÃO OS ÓRGÃOS, AGENTES E ENTIDADES HIERARQUICAMENTE SUBORDINADOS À CÚPULA DE DIREÇÃO E COMANDO DO ESTADO QUE REALIZAM E CONCRETIZAM O INTERESSE PÚBLICO E O COLETIVO



# PRINCÍPIOS

## ADMINISTRATIVOS



HOJE SÃO CONSIDERADOS NORMAS JURÍDICAS PRIMÁRIAS

POSSUEM GRAU DE ABSTRAÇÃO MAIOR DO QUE AS REGRAS, POIS **ADMITEM**  
**UMA SÉRIE INDEFINIDA DE APLICAÇÕES**

SÃO MANDAMENTOS DE OTIMIZAÇÃO, QUE DETERMINAM A REALIZAÇÃO DE ALGO NA  
MAIOR MEDIDA POSSÍVEL DENTRO DAS POSSIBILIDADES JURÍDICAS E FÁTICAS EXISTENTES,  
ADMITINDO APLICAÇÃO GRADATIVA

### PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO



**LIMPE**

LEGALIDADE  
IMPESSOALIDADE  
MORALIDADE  
PUBLICIDADE  
EFICIÊNCIA



| EXPRESSOS                                                                                                                                             | IMPLÍCITOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"><li>• LEGALIDADE</li><li>• IMPESSOALIDADE</li><li>• MORALIDADE</li><li>• PUBLICIDADE</li><li>• EFICIÊNCIA</li></ul> | <ul style="list-style-type: none"><li>• PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE</li><li>• PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO SOBRE O PRIVADO</li><li>• PRINCÍPIO DA AUTOTUTELA</li><li>• PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO</li><li>• PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO</li><li>• PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO</li><li>• PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA E LEGÍTIMA CONFIANÇA</li><li>• PRINCÍPIO DA INTRANSCENDÊNCIA DAS SANÇÕES</li></ul> |

## MOTIVAÇÃO

→ DEVER DE INDICAÇÃO DOS  
**PRESSUPOSTOS DE FATO E DE  
DIREITO** QUE DETERMINARAM A  
PRÁTICA DO ATO

DEVE SER APRESENTADA **SIMULTANEAMENTE OU NO  
INSTANTE SEGUINTE** À PRÁTICA DO ATO

OBS:

MOTIVAÇÃO ALIUNDE: A MOTIVAÇÃO DE UM  
DETERMINADO ATO REMETE À MOTIVAÇÃO DE  
ATO ANTERIOR QUE EMBASA SUA EDIÇÃO

## AMPLA DEFESA

AS DECISÕES ADMINISTRATIVAS DEVEM  
SER TOMADAS CONSIDERANDO A  
MANIFESTAÇÃO DOS INTERESSADOS

## INTRANSCENDÊNCIA SUBJETIVA DAS SANÇÕES

A SANÇÃO **NÃO** ATINGE PESSOAS **QUE NÃO  
TENHAM SIDO AS CAUSADORAS** DO ATO ILÍCITO

## SEGURANÇA JURÍDICA E LEGÍTIMA CONFIANÇA

ESTABILIZAÇÃO DO ORDENAMENTO JURÍDICO

PROTEÇÃO À CONFIANÇA DAS PESSOAS EM RELAÇÃO ÀS  
EXPECTATIVAS GERADAS POR PROMESSAS E ATOS ESTATAIS

## AUTOTUTELA/ SINDICABILIDADE

A ADMINISTRAÇÃO TEM A PRERROGATIVA DE **REVER  
OS SEUS PRÓPRIOS ATOS** INDEPENDENTEMENTE DE  
PROVOCAÇÃO. PARA REVOGAR OU ANULAR

**NÃO** AFASTA A TUTELA JURISDICIONAL

**TUTELA**: A ADMINISTRAÇÃO EXERCE CONTROLE  
SOBRE PESSOA JURÍDICA POR ELA INSTITUÍDA  
**↳ NÃO CONFUNDA**

ATO ILEGAL -> ANULAÇÃO - EX TUNC  
ATO INCONVENIENTE/INOPORTUNO -> REVOGA  
- EX NUNC

## CONTINUIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO

A ATIVIDADE DO ESTADO DEVE SER PRESTADA DE  
FORMA **CONTÍNUA**, SEM INTERRUPTÕES. LOGO,  
VEDA A INTERRUPTÃO NA PRESTAÇÃO DOS  
SERVIÇOS PÚBLICOS



STJ: AUTORIZA O CORTE NO FORNECIMENTO DO  
SERVIÇO, APÓS PRÉVIO AVISO, NOS CASOS DE:



- RAZÕES DE ORDEM TÉCNICA OU SEGURANÇA DAS  
INSTALAÇÕES
- INADIMPLEMENTO DO USUÁRIO

# PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS



# ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

- EMPRESAS ESTATAIS -

## SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

- PERSONALIDADE JURÍDICA DE DIREITO **PRIVADO**
- **AUTORIZADA** POR LEI ESPECÍFICA
- CAPITAL MISTO- **PÚBLICO** (50% + 1) E **PRIVADO**
- SOMENTE NA AÇÃO DE **SOCIEDADE ANÔNIMA**
- COMPETÊNCIA: S.E.M.: JUSTIÇA ESTADUAL

UNIÃO ATUAR COMO ASSISTENTE OU  
OPONENTE - JUSTIÇA FEDERAL

Súmula 517 - STF

## CARACTERÍSTICAS COMUNS

- PESSOA JURÍDICA DE DIREITO **PRIVADO** (Decreto 200/67);
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇO **PÚBLICO**;
- EXPLORAÇÃO **ATIVIDADE ECONÔMICA** (ART. 173 DA CF/88)
- SUJEIÇÃO AO CONTROLE ESTATAL
- EXTINÇÃO- REQUER A EDIÇÃO DA LEI AUTORIZADORA
- **NÃO PODERÃO GOZAR DE PRIVILÉGIOS FISCAIS NÃO EXTENSIVOS ÀS DO SETOR PRIVADO**

STJ - INFO 1004

SE A LEI QUE AUTORIZOU  
A INSTITUIÇÃO DA ESTATAL  
SILENCIA NO QUE DIZ  
RESPEITO À SUA EXTINÇÃO  
OU DESESTATIZAÇÃO A  
MERA AUTORIZAÇÃO  
LEGISLATIVA **GENÉRICA** JÁ  
É O SUFICIENTE

## EMPRESA PÚBLICA

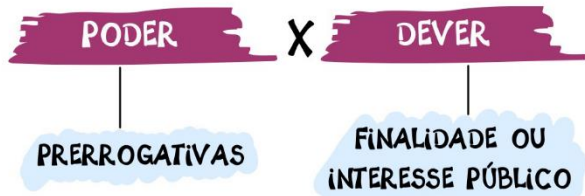
SOMENTE A PARTIR DO  
REGISTRO DOS ATOS  
CONSTITUTIVOS NO  
CARTÓRIO QUE PASSAM  
A TER PERSONALIDADE  
JURÍDICA!

- PERSONALIDADE JURÍDICA DE DIREITO **PRIVADO**
- **AUTORIZADA** POR LEI ESPECÍFICA
- CAPITAL **100% PÚBLICO**
- QUALQUER FORMA SOCIETÁRIA
- COMPETÊNCIA: EP FEDERAL- JUSTIÇA FEDERAL

ESTADUAL OU MUNICIPAL - JUSTIÇA ESTADUAL

## RÉGIME DE PESSOAL DAS EP E SEM

- EMPREGO PÚBLICO- CELETISTA
- PROVIMENTO- CONCURSO PÚBLICO.
- VEDAÇÃO À ACUMULAÇÃO DE CARGO PÚBLICO



OS PODERES FUNCIONAM COMO OS PODERES-DEVERES. O ESTADO DEVE ATUAR PARA ALCANÇAR O INTERESSE PÚBLICO

USO DE PODER: SOMENTE PODEM SER EXERCIDOS NOS EXATOS LIMITES E FINALIDADES PREVISTOS EM LEI E SUJEITAM ÀQUELES QUE OS DETÊM, AO CUMPRIMENTO DE ALGUNS DEVERES

## DEVERES

➡ DICA: PEPA



**PRESTAR CONTAS:** SER **TRANSPARENTE** E EXPOR AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

**EFICIÊNCIA:** DESEMPENHAR OS PODERES COM EFICIÊNCIA (PRESTEZA E QUALIDADE)

**PROBIDADE:** AGENTE ATUAR COM **BOA-FÉ, ÉTICA E HONESTIDADE** (MORALIDADE)

**AGIR:** NÃO PODE O AGENTE ATUAR - MANTER-SE INERTE DIANTE DA SITUAÇÃO EM QUE O PODER DEVE SER EXERCIDO

## CONCEITO

SÃO **PRERROGATIVAS INSTRUMENTAIS** CONFERIDAS AOS AGENTES PÚBLICOS PARA QUE, NO DESEMPENHO DE SUAS ATIVIDADES, **ALCANÇEM O INTERESSE PÚBLICO.**

## ABUSO DE PODER

É QUALQUER EXERCÍCIO DE UM PODER ADMINISTRATIVO **QUE NÃO SEJA NOS EXATOS LIMITES E FINALIDADES** PREVISTOS EM LEI

### EXCESSO DE PODER

OCORRE QUANDO O AGENTE OU AUTORIDADE COMPETENTE PRÁTICA ATO **EXORBITANDO OU EXTRAPOLANDO OS LIMITES DOS PODERES** QUE A LEI LHE CONFERIR

VIOLA O REQUISITO DA **COMPETÊNCIA**

VÍCIO SANÁVEL

### DESVIO DE PODER/FINALIDADE

OCORRE QUANDO A AUTORIDADE COMPETENTE ATUA NOS EXATOS LIMITES DO PODER QUE TEM, **MAS BUSCA ALCANÇAR FINALIDADE DIVERSA** DO INTERESSE PÚBLICO

VIOLA O REQUISITO DE **FINALIDADE** ➡ VÍCIO INSANÁVEL

# PODERES ADMINISTRATIVOS







## CICLOS DO PODER DE POLÍCIA



**Poder de Legislar – Indelegável;  
Fiscalização – Delegável;  
Atos de consentimento – Delegável;  
Aplicar sanções – Delegável (STF).**



É CONSTITUCIONAL A DELEGAÇÃO DO PODER DE POLÍCIA, POR MEIO DE LEI, À PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA DE CAPITAL SOCIAL MAJORITARIAMENTE PÚBLICO QUE PRESTEM EXCLUSIVAMENTE SERVIÇO PÚBLICO DE ATUAÇÃO PRÓPRIA DO ESTADO E EM REGIME NÃO CONCORRENCIAL

INFO 996 - STF (2020)

|             |                |
|-------------|----------------|
| LICENÇA     | VINCULADO      |
| AUTORIZAÇÃO | DISCRICIONÁRIO |



MAPAS  
MENTAIS

DIREITO

# DIREITO PENAL

@MAPASMENTAIS.DIREITO

*Sarah Guimarães*



## CONFLITOS DA LEI PENAL NO TEMPO

① **ABOLITIO CRIMINIS** → **DESCRIMINALIZAÇÃO** DE UMA CON-  
DUTA QUE ANTES **ERA ILÍCITA**  
↙ FAZ CESSAR OS EFEITOS **PENALIS**  
↘ **NÃO** CESSA OS EFEITOS **EXTRAPENALIS**  
• **NÃO** CONFUNDIR COM CONTINUIDADE NORMATIVO-  
TÍPICA → **REVOGAÇÃO DA LEI FORMAL** SEM RE-  
VOGAR A CONDOTA CRIMINOSA



# LEI PENAL NO TEMPO

@MADAMENTAIS.DIREITO

② **NOVATIO LEGIS IN MELIUS** → **LEI NOVA BENE-  
FICIA** O RÉU 😊  
**NO LEME** **RETROAGE**

**APLICAÇÃO** → **ANTES DA PROLAÇÃO  
DA SENTENÇA**

JUIZ **COMPETENTE** P/O PROCESSO

**APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO** → SE DEPENDE DE  
MERA OPERAÇÃO MATEMÁTICA → JUIZ DE  
**EXECUÇÃO PENAL**

③ **NOVATIO LEGIS IN PEJUS** → **NO LEME**  
→ **LEI NOVA PREJUDICA** O RÉU ☹️  
**NÃO RETROAGE**

④ **NOVATIO LEGIS INCRIMINADORA** → **NO LEME**  
→ **LEI QUE CRIMINALIZA** CON-  
DUTA QUE **ERA LÍCITA**  
• **NÃO RETROAGE**

## TEORIA → ATIVIDADE →

O CRIME É PRATICADO NO MOMENTO  
DA **AÇÃO OU OMISSÃO**, AINDA QUE SEJA  
OUTRO O MOMENTO DO RESULTADO

## PRINCÍPIO DA COINCIDÊNCIA

→ TODOS OS **ELEMENTOS**  
DO CRIME (**FATO TÍPICO, ILICI-  
TUDE E CULPABILIDADE**)  
**DEVEM** ESTAR PRESENTES NO  
MOMENTO DA CONDOTA

## IRRETROATIVIDADE

↓  
A LEI PENAL **NÃO RETROAGE**, SALVO  
PARA BENEFICIAR O RÉU

## LEI A SER APLICADA

• **REGRA**: É A LEI PENAL VIGENTE  
NO **MOMENTO DA CONDOTA**  
CRIMINOSA

• **EXCEÇÃO**: **RETROATIVIDADE**

## EXTRA-ATIVIDADE

↓  
CAPACIDADE DA LEI PENAL  
SER APLICADA MESMO **NÃO**  
**ESTANDO MAIS VIGENTE**

• **ULTRA-ATIVIDADE**: LEI **REVOGADA** É APLI-  
CADA A FATOS OCORRIDOS **APÓS** CES-  
SAR O SEU PERÍODO DE VIGÊNCIA

• **RETROATIVIDADE**: LEI PENAL **BENE-  
FICIA RETROAGE** PARA BENEFICIAR  
O RÉU (VOLTA NO TEMPO)

**MESMO APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO**



# TERRITORIALIDADE



ESPÉCIES

NACIONAL

APLICA-SE A **LEI BRASILEIRA**, SEM PREJUÍZOS DE CONVENÇÕES, TRATADOS E REGRAS DE DIREITO INTERNACIONAL, **AO CRIME COMETIDO NO TERRITÓRIO NACIONAL**

**TERRITORIALIDADE MITIGADA OU TEMPERADA**

**ABSOLUTA:** DISPÕE QUE **SÓ A LEI BRASILEIRA** APLICA-SE SEMPRE AO CRIME COMETIDO NO TERRITÓRIO NACIONAL

**TEMPERADA:** APLICA-SE A LEI BRASILEIRA SEM PREJUÍZO DE TRATADO, CONVENÇÕES E REGRAS DO DIREITO INTERNACIONAL

ASPECTO MATERIAL: COMPREENDE O ESPAÇO DELIMITADO PELAS FRONTEIRAS GEOGRÁFICAS

ASPECTO JURÍDICO: ABRANGE TODO O ESPAÇO QUE O ESTADO EXERCE SUA SOBERANIA

OBS: A SEDE DE REPRESENTAÇÃO DIPLOMÁTICA NÃO É CONSIDERADO EXTENSÃO DO TERRITÓRIO ESTRANGEIRO

| EMBARCAÇÕES E AERONAVES                                                 | APLICA-SE A LEI BRASILEIRA                                                                                |
|-------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| PÚBLICAS BRASILEIRAS OU A SERVIÇO DO ESTADO BR (EXTENSÃO DO TERRITÓRIO) | EM <b>QUALQUER LUGAR</b> QUE SE ENCONTREM                                                                 |
| PARTICULARES BRASILEIRAS (EXTENSÃO DO TERRITÓRIO)                       | QUE SE ENCONTREM EM <b>ALTO-MAR OU NO ESPAÇO AÉREO</b> CORRESPONDENTE                                     |
| PÚBLICAS ESTRANGEIRAS                                                   | <b>NUNCA</b>                                                                                              |
| PARTICULARES ESTRANGEIRAS                                               | QUE SE ENCONTREM <b>EM TERRITÓRIO BRASILEIRO</b><br>OBS: SALVO, P/ O CASO DE NAVIOS, NA PASSAGEM INOCENTE |

**TERRITÓRIO NACIONAL:**

- SUPERFÍCIE TERRESTRE
- MAR TERRITORIAL - 12 MILHAS
- ÁGUAS INTERIORES
- ESPAÇO AÉREO CORRESPONDENTE



# DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA & ARREPENDIMENTO EFICAZ



## ELEMENTOS

- INÍCIO DA EXECUÇÃO
- **NÃO** CONSUMAÇÃO
- INTERFERÊNCIA DA **VONTADE DO PRÓPRIO AGENTE**

## REQUISITOS

- **VOLUNTARIEDADE** ➡ VONTADE **LIVRE**
- **EFICÁCIA** ➡ A CONDOTA DO AGENTE **DEVE TER SIDO EFICAZ** PARA IMPEDIR A CONSUMAÇÃO

**STJ - O INSTITUTO DO ARREPENDIMENTO EFICAZ E DA DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA SOMENTE SÃO APLICÁVEIS A DELITO QUE NÃO TENHA SIDO CONSUMADO**

## CARACTERÍSTICAS

- OS **MOTIVOS** QUE LEVARAM O AGENTE A OPTAR PELA D.V OU A.E SÃO **IRRELEVANTES**
- **INCOMPATÍVEIS COM OS CRIMES CULPOSOS**
- **INCOMPATÍVEIS** COM CRIMES FORMAIS E DE MERA CONDOTA

## ATENÇÃO



A DOUTRINA MAJORITÁRIA ENTENDE QUE O ARREPENDIMENTO EFICAZ E A DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA **COMUNICAM-SE AO PARTÍCIPE**, POIS A SUA CONDOTA É ACESSÓRIA, NÃO PODENDO SER PUNIDO SE NÃO HOUVE CRIME

## CONSEQUÊNCIA



O AGENTE RESPONDE APENAS PELOS ATOS JÁ PRATICADOS

# HOMICÍDIO QUALIFICADO

## CONTRA MENOR DE 14 ANOS

LEI HENRY BOREL → 14.344/2022

AUMENTA DE 1/3  
ATÉ A METADE

SE A VÍTIMA É PESSOA COM **DEFICIÊNCIA OU COM DOENÇA** QUE IMPLIQUE O AUMENTO DA VULNERABILIDADE

AUMENTA DE 2/3

SE O AUTOR É **ASCENDENTE, PADRASTO OU MADRASTA, TIO, IRMÃO, CÔNJUGE, COMPANHEIRO, TUTOR, PRECEPTOR OU EMPREGADOR** DA VÍTIMA OU POR QUALQUER OUTRO TÍTULO TIVER AUTORIDADE SOBRE ELA

TORNOU-SE HOMICÍDIO QUALIFICADO PELA LEI HENRY BOREL, LOGO, TAMBÉM É CRIME HEDIONDO

A TENRA IDADE DA VÍTIMA É FUNDAMENTO IDÔNEO PARA A MAJORAÇÃO DA PENA-BASE DO CRIME DE HOMICÍDIO PELA VALORAÇÃO NEGATIVA DAS CONSEQUÊNCIAS DO CRIME

STJ - INFO 679

HOMICÍDIO PODE SER PROVADO POR OUTROS MEIOS ALÉM DO EXAME DE CORPO DE DELITO DIRETO.

STJ

9

7

## HOMICÍDIO FUNCIONAL

CONTRA QUAIS AGENTES?

EXÉRCITO, MARINHA, AERONÁUTICA

PF, PRF, POLÍCIAS CIVIS, PM, BOMBEIRO, GUARDAS MUNICIPAIS, SEGURANÇA VIÁRIA !

SISTEMA PRISIONAL, FORÇA NACIONAL

## REQUISITOS

O AGENTE NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

HOMICÍDIO PRATICADO EM DECORRÊNCIA DA FUNÇÃO

É NECESSÁRIO HAVER UM **NEXO FUNCIONAL**

## OBS:

**NÃO** SE APLICA AOS FILHOS ADOTADOS

**NÃO** SE APLICA AOS PARENTES POR **AFINIDADE**

EX: SOGROS, CUNHADOS, GENROS, NORAS, ENTEADOS

**NÃO** SE APLICA AOS **APOSENTADOS**, SALVO SE O HOMICÍDIO FOR PRATICADO EM RAZÃO DO FATO SER VINCULADO À ÉPOCA QUE ELE AINDA ERA AGENTE

8

COM EMPREGO DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO OU PROIBIDO



## PACTO DE MORTE OU AMBICÍDIO

DUAS OU MAIS PESSOAS **COMBINAM** DE TIRAREM A PRÓPRIA VIDA CONJUNTAMENTE. VIA DE REGRA CASO ALGUÉM SOBREVIVA, RESPONDERÁ PELO ART.122 EM RELAÇÃO AO QUE MORREU

### EXCEÇÃO

CASO O SOBREVIVENTE TENHA PRATICADO **ATOS EXECUTÓRIOS RESPONSÁVEIS PELO RESULTADO** MORTE DA OUTRA PESSOA, O CRIME SERÁ HOMICÍDIO

CASO: **TÍCIO** e **MÉVIO** SE TRANCAM EM UMA SALA COM GÁS E **TÍCIO** ABRE A TORNEIRA DE GÁS

**TÍCIO** SOBREVIVE E **MÉVIO** MORRE  
**TÍCIO** RESPONDE POR HOMICÍDIO → ART. 121

**MÉVIO** SOBREVIVE E **TÍCIO** MORRE →  
**MÉVIO** RESPONDE POR INDUZIMENTO → ART. 122

**TÍCIO** E **MÉVIO** SOBREVIVEM

**TÍCIO** RESPONDE POR TENTATIVA DE HOMICÍDIO (POIS PRATICOU ATO EXECUTÓRIO DE ABRIR A TORNEIRA DE GÁS) E **MÉVIO** RESPONDERÁ PELO ART. 122

## AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA EM TODAS AS SUAS FORMAS

### COMPETÊNCIA

- SE O INDUZIMENTO, INSTIGAÇÃO OU AUXÍLIO SE DIRIGIR À PRÁTICA DE SUICÍDIO  
→ **TRIBUNAL DO JÚRI**
- SE A INTENÇÃO ERA SE VOLTAR À AUTOMUTILAÇÃO AINDA QUE RESULTE PRETERDOLOSAMENTE A MORTE  
→ **JUIZ SINGULAR**

### ROLETA RUSSA

UMA ARMA COM APENAS UMA MUNIÇÃO NO TAMBOR E OS PARTICIPANTES VÃO ATIRANDO "NA SORTE" ATÉ QUE CHEGA UM MOMENTO EM QUE O PROJÉTEL É DISPARADO NA PRÓPRIA CABEÇA DO ATIRADOR (VÍTIMA)

CONSEQUÊNCIA— SOBREVIVENTE RESPONDE PELO ART. 122

### DUELO AMERICANO

DUAS PESSOAS, DUAS ARMAS E APENAS UMA MUNIÇÃO. ESCOLHEM A ARMA "NA SORTE" E ATIRAM NA PRÓPRIA CABEÇA.

CONSEQUÊNCIA— SOBREVIVENTES RESPONDERÃO PELO ART. 122

## INDUZIMENTO, INSTIGAÇÃO OU AUXÍLIO AO SUICÍDIO OU A AUTOMUTILAÇÃO



ART. 291

## PETRECHOS P/ FALSIFICAÇÃO DE MOEDA



FABRICAR, ADQUIRIR, FORNECER, A  
TÍTULO ONEROSO OU GRATUITO,  
POSSUIR OU GUARDAR  
**MAQUINISMO, APARELHO,  
INSTRUMENTO OU QUALQUER  
OBJETO ESPECIALMENTE DESTINADO  
À FALSIFICAÇÃO DE MOEDA**

RECLUSÃO DE 2 A 6 ANOS, E MULTA

CARACTERÍSTICAS

- CRIME **OBSTÁCULO**- ATOS PREPARATÓRIOS P/ A FALSIFICAÇÃO
- CRIME SUBSIDIÁRIO AO ART. 289
- REGRA: COMPETÊNCIA DA J. **FEDERAL**.
- CRIME FORMAL/RESULTADO CORTADO
- "POSSUIR "OU "GUARDAR" TRATA-SE DE CRIME PERMANENTE. PRISÃO EM FLAGRANTE A QUALQUER TEMPO

BASTA QUE O AGENTE DETENHA A POSSE DE PETRECHOS DESTINADOS À FALSIFICAÇÃO DE MOEDA, SENDO PRESCINDÍVEL QUE O MAQUINÁRIO SEJA DE USO EXCLUSIVO P/ ESSE FIM. (INFO 633 STJ)

SE O APARELHO QUE FOR ENCONTRADO SERVE PARA OUTRAS FINALIDADES E TAMBÉM PODE SERVIR P/ A FALSIFICAÇÃO DE MOEDA E FICAR COMPROVADO QUE O AGENTE A DETINHA P/ ESSE FIM, CONFIGURA O DELITO

EX: IMPRESSORA

ART. 290

## ASSIMILADOS AO DE MOEDA FALSA

**FORMAR CÉDULA, NOTA OU  
BILHETE REPRESENTATIVO DE  
MOEDA** COM FRAGMENTOS  
DE CÉDULAS, NOTA OU  
BILHETES VERDADEIROS;

SUPRIMIR, EM, NOTA, CÉDULA OU BILHETE RECOLHIDOS, PARA **O FIM DE RESTITUÍ-LOS À CIRCULAÇÃO**, SINAL INDICATIVO DE SUA INUTILIZAÇÃO;

**RESTITUIR À CIRCULAÇÃO** CÉDULA, NOTA OU BILHETE EM TAIS CONDIÇÕES, OU JÁ RECOLHIDOS PARA O FIM DE INUTILIZAÇÃO

RECLUSÃO, DE 2 A 8 ANOS, E MULTA

SE O CRIME É PRATICADO POR FUNCIONÁRIO QUE TRABALHA NA REPARTIÇÃO ONDE O DINHEIRO SE ACHAVA RECOLHIDO, OU NELA TEM FÁCIL INGRESSO EM RAZÃO DO CARGO

PENA MÁXIMA É ELEVADA A 12 ANOS

CARACTERÍSTICAS

- CRIME FORMAL
- DELITO NÃO TRANSEUNTE ➡ EXIGE CORPO DE DELITO
- ADMITE TENTATIVA
- CRIME COMUM - EXCETO A QUALIFICADORA

AQUELE QUE RECEBE O PAPEL-MOEDA FRAUDADO, NAS CONDIÇÕES DO ART. 290, RESPONDE POR RECEPÇÃO OU FAVORECIMENTO PESSOAL

# CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA







MAPAS  
MENTAIS

DIREITO

# PROCESSO PENAL

@MAPASMENTAIS.DIREITO

*Sarah Guimarães*

## FORMAS DE INSTAURAÇÃO

PORTARIA AO DELEGADO  
AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE  
REPRESENTAÇÃO DO OFENDIDO OU  
REQUISIÇÃO DA VÍTIMA  
REQUISIÇÃO DO JUIZ  
REQUISIÇÃO DO MP  
REQUISIÇÃO DO MINISTRO DA JUSTIÇA

## PRAZOS DE CONCLUSÃO

| PREVISÃO LEGAL                | PRESO                                                   | SOLTO                 |
|-------------------------------|---------------------------------------------------------|-----------------------|
| CPP - REGRA GERAL             | 10 DIAS<br>PRORROGÁVEIS POR ATÉ 15 DIAS<br>P. ANTICRIME | 30 DIAS, PRORROGÁVEIS |
| POLÍCIA FEDERAL               | 15 DIAS + 15                                            | 30 DIAS               |
| LEI DE DROGAS                 | 30 DIAS + 30                                            | 90 DIAS + 90          |
| INQUÉRITO MILITAR             | 20 DIAS                                                 | 40 DIAS + 20          |
| CRIMES C/<br>ECONOMIA POPULAR | 10 DIAS                                                 | 10 DIAS               |

## CONCEITO

CONJUNTO DE DILIGÊNCIAS  
REALIZADAS PELA POLÍCIA  
JUDICIÁRIA QUE TEM POR  
FINALIDADE A APURAÇÃO DA

**JUSTA CAUSA**

MATERIALIDADE + INDÍCIOS DE AUTORIA

NATUREZA  
JURÍDICA

PROCEDIMENTO  
ADMINISTRATIVO

## CARACTERÍSTICAS

O IP É DE IDOSO

DISCRICIONÁRIO  
E SCRITO  
INQUISITIVO  
INDISPONÍVEL  
DISPENSÁVEL  
OFICIOSO  
SIGILOSO  
OFICIAL

O DELEGADO  
NÃO PODE  
ARQUIVAR

INQUISITIVO = PRÉ-PROCESSUAL, NÃO HÁ  
CONTRADITÓRIO NEM AMPLA DEFESA





# ANPP

ACORDO DE NÃO  
PERSECUÇÃO PENAL

CUMPRIDO  
INTEGRALMENTE  
EXTINGUE A  
PUNIBILIDADE

## HOMOLOGAÇÃO

SERÁ REALIZADA AUDIÊNCIA NA QUAL O JUIZ DEVERÁ  
VERIFICAR A SUA **VOLUNTARIEDADE**

SE O JUIZ CONSIDERAR **INADEQUADAS, INSUFICIENTES OU ABUSIVAS** AS CONDIÇÕES DISPOSTAS NO ANPP, **DEVOLVERÁ** OS AUTOS AO MP PARA QUE SEJA REFORMULADA A PROPOSTA

**HOMOLOGADO JUDICIALMENTE** ➡

O JUIZ DEVOLVERÁ OS AUTOS AO MP  
PARA QUE INICIE SUA EXECUÇÃO PERANTE  
O **JUIZ DA EXECUÇÃO PENAL**

A VÍTIMA SERÁ **INTIMADA** DA **HOMOLOGAÇÃO** DO ANPP E DE SEU **DESCUMPRIMENTO**

**STF: O MP NÃO É OBRIGADO A NOTIFICAR NO CASO DE RECUSA**

## DESCUMPRIMENTO

**DESCUMPRIDAS** QUAISQUER DAS CONDIÇÕES IMPOSTAS NO ANPP, O MP DEVERÁ **COMUNICAR** AO JUÍZO PARA FIM DE SUA RESCISÃO E POSTERIOR OFERECIMENTO DA DENÚNCIA

O DESCUMPRIMENTO PELO INVESTIGADO PODERÁ SER UTILIZADO PELO MP **COMO JUSTIFICATIVA** PARA O EVENTUAL **NÃO** OFERECIMENTO DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO

POR CONSTITUIR UM PODER-DEVER DO MP, O NÃO OFERECIMENTO TEMPESTIVO DO ANPP DESACOMPANHADO DE MOTIVAÇÃO IDÔNEA CONSTITUI NULIDADE ABSOLUTA (STJ INFO 769)

EM SE TRATANDO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES IMPOSTAS EM ANPP, A COMPETÊNCIA P/ A SUA EXECUÇÃO É DO JUÍZ QUE O HOMOLOGOU O QUAL PODERÁ DEPRECAR A FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO AJUSTE E A PRÁTICA DE ATOS PROCESSUAIS P/ O ATUAL DOMICÍLIO DO APENADO (INFO 757)

É CABÍVEL O ANPP NA HIPÓTESE DE PROCEDÊNCIA DA PRETENSÃO PUNITIVA (MP DENUNCIOU POR CONCURSO MATERIAL, DE FORMA QUE A PENA IMPUTADA SUPERAVA 4 ANOS; HOUVE CONDENAÇÃO POR CONTINUIDADE DELITIVA, SENDO POSSÍVEL, ENTÃO, O OFERECIMENTO DO ACORDO (INFO 772)

• **FLAGRANTE PROVOCADO/PREPARADO:** O AGENTE <sup>④</sup>

É **INDUZIDO A PRATICAR O CRIME**, MAS QUE O  
INDUZIU IMPEDE A CONSUMAÇÃO

OCCORRE ASSIM, O **CRIME IMPOSSÍVEL**

É **ILEGAL**

NÃO HÁ CRIME, QUANDO A PREPARAÇÃO DO FLAGRANTE  
PELA POLÍCIA TORNA IMPOSSÍVEL A SUA CONSUMAÇÃO

• **FLAGRANTE ESPERADO:** A AUTORIDADE <sup>⑤</sup>

POLICIAL TEM A FACULDADE DE AGUARDAR,  
DO PONTO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL, O  
**MOMENTO MAIS ADEQUADO P/ REALIZÁ-LO**

É EXCEÇÃO AO DEVER DE PRENDER

• **FLAGRANTE FORJADO:** REALIZADO P/ <sup>⑥</sup>

**INCRIMINAR PESSOA INOCENTE** E QUE NÃO  
TINHA VONTADE DE DELINGUIR

| APÓS A PRISÃO O POLICIAL DEVE |                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|-------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| IMEDIATAMENTE                 | <ul style="list-style-type: none"><li>- comunicar a prisão e o local onde se encontra o preso<ul style="list-style-type: none"><li>• Juiz competente</li><li>• Ministério Público</li><li>• família do preso ou</li><li>• pessoa por ele indicada</li></ul></li></ul> |
| EM ATÉ 24H                    | <ul style="list-style-type: none"><li>- enviar o APF ao juiz competente</li><li>- enviar cópia integral do APF a Defensoria Pública, caso o autuado não informe o nome de seu advogado</li><li>- entregar nota de culpa ao preso</li></ul>                            |

## PRISÃO EM FLAGRANTE

RESTRIÇÃO DE LIBERDADE DO INDIVÍDUO INDEPENDENTE  
DE ORDEM JUDICIAL, **REALIZADA NO INSTANTE EM QUE  
SE DESENVOLVE OU QUE SE DESENVOLVEU OU QUE SE  
TERMINA DE CONCLUIR INFRAÇÃO PENAL**

PODE SER REALIZADO POR **QUALQUER  
PESSOA** (FLAGRANTE FACULTATIVO)

AS **AUTORIDADES POLICIAIS E SEUS  
AGENTES TEM O DEVER DE PRENDER** QUEM  
FOR ENCONTRADO EM FLAGRANTE DELITO  
MESMO FORA DO EXPEDIENTE (FLAGRANTE  
OBRIGATÓRIO)

### ESPÉCIES

① • **PRÓPRIO/REAL:** O INDIVÍDUO  
**ESTÁ COMETENDO OU  
ACABA DE COMÊTE-LO**



② • **IMPRÓPRIO/IRREAL:** O INDIVÍDUO É  
**PERSEGUIDO**, LOGO APÓS A PRÁTICA  
DO CRIME E HAVENDO ÊXITO SERÁ  
CAPTURADO



③ • **PRESUMIDO/FICTO:** O INDIVÍDUO É **ENCONTRADO**,  
LOGO DEPOIS COM **INSTRUMENTOS, ARMAS,  
OBJETOS OU PAPÉIS** QUE FAÇAM PRESUMIR SER  
ELE O AUTOR DA INFRAÇÃO







MAPAS  
MENTAIS

DIREITO

# LEGISLAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

@MAPASMENTAIS.DIREITO

*Sarah Guimarães*







**ATENÇÃO:** HOJE, PORÉM, O ENTENDIMENTO QUE PREVALECE NOS TRIBUNAIS É DE QUE SE TRATA DE ESTUDO **FACULTATIVO**. NÃO IMPORTANDO O REGIME.

### SÚMULA 439 STJ

ADMITE-SE O EXAME CRIMINOLOGICO PELAS PECULIARIDADES DO CASO, DESDE QUE EM DECISÃO **FUNDAMENTADA**.

### NÃO CONFUNDA:

#### EXAME CRIMINOLOGICO

- condenado ao cumprimento de PPL em regime fechado (será submetido);
- condenado ao cumprimento de PPL em regime semi-aberto (poderá ser submetido).

#### IDENTIFICAÇÃO DO PERIGIL GENÉTICO

- crime doloso praticado com violência grave contra a pessoa;
- crime contra a vida;
- crime contra a liberdade sexual;
- crime sexual contra vulnerável.



## LER -DA CLASSIFICAÇÃO-

@MAPAS MENTAIS.DIREITO

## EXAME CRIMINOLOGICO

O CONDENADO AO CUMPRIMENTO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE EM REGIME FECHADO, SERÁ SUBMETIDO A **EXAME CRIMINOLOGICO** PARA A OBTENÇÃO DOS ELEMENTOS NECESSÁRIOS A UMA **ADEQUADA CLASSIFICAÇÃO** E COM VISTAS A **INDIVIDUALIZAÇÃO** DA EXECUÇÃO.

BUSCA CONSTRUIR UM **PROGNOSTICO DE PERICULOSIDADE** - TEMIBILIDADE - DO REEDUCANDO, PARTINDO DO BINÔMIO DELITO - DELINQUENTE.



ENVOLVE A PARTE **PSICOLOGICA** E **PSIQUIATRICA**, ATESTANDO A MATURIDADE DO CONDENADO, SUA DISCIPLINA E CAPACIDADE DE SUPORTAR FRUSTRAÇÕES (PROGNOSTICO CRIMINOLOGICO).

**ATENÇÃO:** ANTES DA LER, O EXAME CRIMINOLOGICO ERA CONSIDERADO **OBRIGATORIO** NA EXECUÇÃO DA PENA NO REGIME FECHADO E **FACULTATIVO** NA PENA CUMPRIDA NO REGIME SEMI-ABERTO.



## COMPOSIÇÃO CIVIL DOS DANOS

ACORDO DE INDENIZAÇÃO ENTRE O AUTOR E A VÍTIMA

É SEMPRE POSSÍVEL NOS DELITOS EM QUE A LEI EXIGE REPRESENTAÇÃO (AÇÃO PÚBLICA INCONDICIONADA)

TRADUZ **RENÚNCIA TÁCITA**, PELA VÍTIMA, AO DIREITO DE REPRESENTAR OU OFERECER DENÚNCIA

## BENEFICIARÁ

VÍTIMA POR TER O BEM RECUPERADO

AUTOR TERÁ **EXTINTA A PUNIBILIDADE**

OBTIDA A COMPOSIÇÃO CIVIL - O JUIZ HOMOLOGARÁ A **SENTENÇA** QUE SERÁ **IRRECORRÍVEL**

NÃO OBTIDA - O OFENDIDO PODERÁ OFERECER QUEIXA OU APRESENTAR SUA REPRESENTAÇÃO

OFERECIDA A REPRESENTAÇÃO (CRIMES DE AÇÃO P. PÚBLICA CONDICIONADA) OU SENDO CRIME DE AÇÃO P. PÚBLICA INCONDICIONADA, O JUIZ DARÁ VISTA AO M.P. PARA QUE PROPONHA, SE FOR CABÍVEL, A TRANSAÇÃO PENAL.

## FASE PRELIMINAR

TOMANDO CIÊNCIA DE UMA IM.P.O., A AUTORIDADE POLICIAL **NÃO INSTAURARÁ INQUÉRITO** (É A PRIMEIRA DISTINÇÃO)

A AUTORIDADE NESTES CASOS DEVERÁ **LAVRAR O QUE SE CHAMA TERMO CIRCUNSTANCIADO**

**TCO**

SE O AUTOR DO FATO SE COMPROMETER A COMPARECER A TODOS OS ATOS DO PROCESSO **NÃO PODERÁ SER PRESO EM FLAGRANTE**

SERÁ **DISPENSÁVEL** O EXAME DE CORPO DE DELITO, DESDE QUE O TCO ESTEJA ACOMPANHADO POR BOLETIM MÉDICO OU PROVA EQUIVALENTE, ATESTANDO A MATERIALIDADE DO FATO

## MEDIDAS DESPENALIZADORAS

**COMPOSIÇÃO CIVIL DOS DANOS**

**TRANSAÇÃO PENAL**

**SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO**

# JECRIM

# ESTATUTO

## DO DESARMAMENTO

ART. 12

PENA:

DETERNAÇÃO, DE 1 A 3 ANOS, E MULTA

ATENÇÃO

CABE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO

CRIME COMUM ①, PRÓPRIO ②, DE PERIGO ABSTRATO, DE MERA CONDUITA E PERMANENTE

### ENTENDIMENTOS DOUTRINÁRIOS

ARMA **DESMUNICIADA**: É CRIME

CABE **CONCURSO FORMAL** (ART. 12 COM ART.16)

POLICIAL COM ARMA **SEM REGISTRO**: RESPONDE PELO ART. 12

POSSE DE ARMA COM REGISTRO VENCIDO: NÃO É CRIME, APENAS **IRREGULARIDADE ADMINISTRATIVA**

A POSSE DE ARMA DE FOGO EM **OUTRA RESIDÊNCIA** QUE NÃO A DO AGENTE **TIPIFICA O CRIME DE PORTE** ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO (ART.14)

## POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO

POSSUIR OU MANTER SOB SUA GUARDA ARMA DE FOGO, ACESSÓRIO OU MUNIÇÃO, DE **USO PERMITIDO**, EM DESACORDO COM DETERMINAÇÃO LEGAL OU REGULAMENTAR:

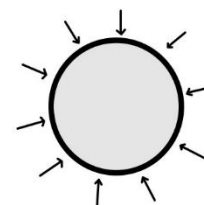
1

NO INTERIOR DE SUA **RESIDÊNCIA** OU DEPENDÊNCIA DESTA, → CRIME COMUM

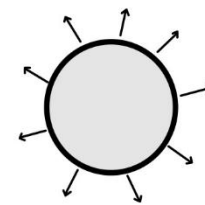
2

NO LOCAL **TRABALHO** SE FOR TITULAR OU RESPONSÁVEL LEGAL DO ESTABELECIMENTO OU EMPRESA → CRIME PRÓPRIO

POSSE X PORTE



**INTRA MUROS**



**EXTRA MUROS**



VI-3  
**FALSIFICAÇÃO, ADULTERAÇÃO CORRUPÇÃO**  
**ALTERAÇÃO DE PRODUTOS A FINS**  
**TERAPÊUTICOS OU MEDICINAIS**

→ **MNEMÔNICO: FACA**

III  
**EPIDEMIA COM**  
**RESULTADO**  
**MORTE**

SURTO DE UMA DOENÇA QUE  
ATINGE UM **GRANDE N° DE PESSOAS** EM UMA REGIÃO

**ELEMENTO SUBJETIVO: DOLO**

CRIME **CULPOSO** DE  
EPIDEMIA **NÃO É HEDIONDO**

II  
**ESTUPRO**

→ **TOCOS OS TIPOS**

**MEDIANTE SEQUESTRO**

IV  
**EXTORSÃO**

**QUALIFICADA**

**1 E 2 É ATUALIZAÇÃO**

3 OCORRÊNCIA DE **MORTE**

2 OCORRÊNCIA DE **LESÃO**  
**CORPORAL**

1 PELA RESTRIÇÃO DA  
**LIBERDADE DA VÍTIMA**

QUALIFICADO PELO RESULTADO **LESÃO CORPO-**  
**RAL GRAVE OU MORTE**

→ **LATROCÍNIO**

# CRIMES HEDIONDOS

- ROL -

PARTE 2

I  
**HOMICÍDIO**

**SIMPLES**: QUANDO PRATICADO  
EM ATIVIDADE TÍPICA DE **GRUPO**  
DE **EXTERMINIO**, AINDA QUE CO-  
METIDO POR 1 SO AGENTE.

**QUALIFICADO**: TODOS (ART 121, 82º, INCISO  
I, II, III, IV, V, VI E VIII).

**EXCEÇÃO**

HOMICÍDIO QUALIFICADO PRIVI-  
LEGIADO **NÃO** É HEDIONDO.

**ATUALIZADO**  
- PACOTE  
ANTICRIME -

II  
**LESÃO CORPORAL**

**DOLOSA** DE NATUREZA **GRANÍSSIMA**  
SEGUÍDA DE **MORTE**

CONTRA **AUTORIDADE** OU **AGENTE** DAS **FOR-**  
**ÇAS ARMADAS** OU DA **SEGURANÇA PÚBLICA**  
INTEGRANTES DO **SISTEMA PRISIONAL** E DA  
FORÇA **NACIONAL** DE SEGURANÇA PÚBLICA  
NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO OU EM DECORRÊN-  
CIA OU CONTRA SEU **CÔNJUGE, COMPA-**  
**NHEIRO** OU **PARENTE CONSAGUÍNEO ATÉ 3º**  
**GRAU** EM RAZÃO DESSA CONDIÇÃO.

NOVO  
III  
**ROUBO**

a CIRCUNSTANCIADO PELA **RESTRIÇÃO DA LIBER-**  
**DADE DA VÍTIMA**

b CIRCUNSTANCIADO PELO  
EMPREGO DE **ARMA** → DE USO:  
**DE FOGO**

**PERMITIDO**  
**PROIBIDO** OU  
**RESTRITO**

c

## MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA

REQUERIMENTO DO MP

PEDIDO DA OFENDIDA

PODERÃO SER CONCEDIDAS DE IMEDIATO  
INDEPENDENTEMENTE DA AUDIÊNCIA DAS PARTES

EM QUALQUER FASE DO IP OU DA  
INSTRUÇÃO CRIMINAL, CABERÁ  
PRISÃO PREVENTIVA DO AGRESSOR

PELO JUIZ

A REQUERIMENTO DO MP

MEDIANTE REPRESENTAÇÃO DA  
AUTORIDADE POLICIAL

A OFENDIDA DEVERÁ SER NOTIFICADA DOS ATOS  
PROCESSUAIS RELATIVOS AO AGRESSOR

O OFENDIDA NÃO PODERÁ ENTREGAR  
INTIMAÇÃO OU NOTIFICAÇÃO AO AGRESSOR

É ILEGAL A FIXAÇÃO AD ETERNUM DE MEDIDA  
PROTETIVA, DEVENDO O MAGISTRADO AVALIAR  
PERIODICAMENTE A PERTINÊNCIA DA  
MANUTENÇÃO DA CAUTELA IMPOSTA

INFO 756

É INDEVIDA A MANUTENÇÃO DE MEDIDAS  
PROTETIVAS NA HIPÓTESE DE CONCLUSÃO DO  
IP SEM INDICIAMENTO DO ACUSADO

INFO 750

## MARIA DA PENHA

LEI 11.340

NAS AÇÕES PENAIS PÚBLICAS CONDICIONADAS À  
REPRESENTAÇÃO DA OFENDIDA, SÓ SERÁ ADMITIDA A RENÚNCIA  
À REPRESENTAÇÃO PERANTE O JUIZ, EM AUDIÊNCIA  
ESPECIALMENTE DESIGNADA COM TAL FINALIDADE, ANTES DO  
**RECEBIMENTO** DA DENÚNCIA E OUIDO O MP

INFO 743

NÃO SE DEVE DESIGNAR A AUDIÊNCIA SE A MULHER  
MANIFESTA INTERESSE DE DESISTIR DA REPRESENTAÇÃO  
SOMENTE APÓS O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA

## VEDAÇÃO

PENAS DE CESTA BÁSICA  
OU OUTRAS DE  
PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA

SUBSTITUIÇÃO DE PENA QUE  
IMPLIQUE O **PAGAMENTO  
ISOLADO DE MULTA**

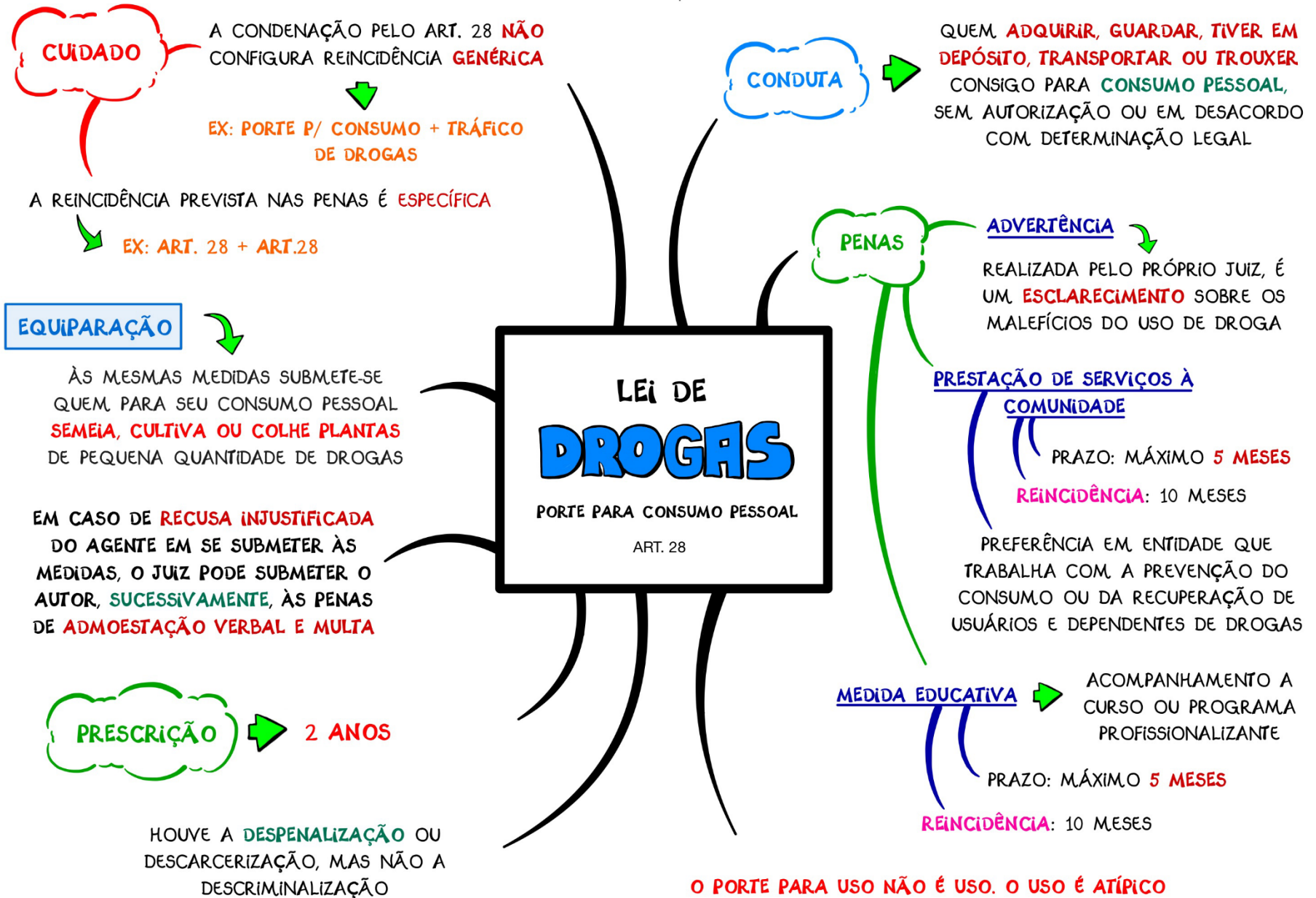
CONHECER DO PEDIDO E DECIDIR  
SOBRE AS MEDIDAS

DETERMINAR O ENCAMINHAMENTO  
DA OFENDIDA AO ÓRGÃO DE  
ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

COMUNICAR AO MP PARA QUE ADOTE  
AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS

DETERMINAR APREENSÃO IMEDIATA DE ARMA DE  
FOGO SOB A POSSE DO AGRESSOR







MAPAS  
MENTAIS

DIREITO

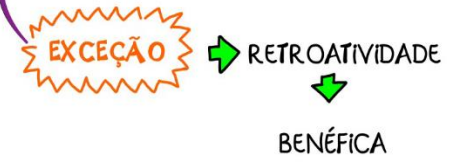
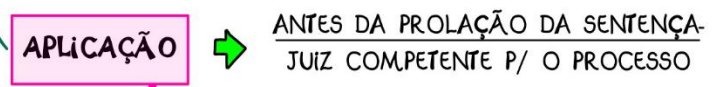
# PENAL MILITAR

@MAPASMENTAIS.DIREITO

*Sarah Guimarães*



### 3 CONFLITOS DA LEI PENAL NO TEMPO



# CONCURSO

DE PESSOAS



## PARTICIPAÇÃO

TODO AQUELE QUE **CONCORRE** PARA A PRODUÇÃO DO RESULTADO **SEM PRATICAR O NÚCLEO** DO TIPO

### MORAL

INSTIGAÇÃO- ESTÍMULO DA IDEIA **PREEXISTENTE** (REFORÇAR)

INDUÇÃO- **CRIAR A IDEIA** DO CRIME NA MENTE DO AUTOR

### MATERIAL

AUXÍLIO- AUXÍLIO NOS ATOS PREPARATÓRIOS OU NA EXECUÇÃO DO DELITO

## COMUNICABILIDADE

### CIRCUNSTÂNCIAS

#### OBJETIVAS

(NÃO PESSOAL) - DIZEM RESPEITO AO **FATO**  
SE COMUNICAM, DESDE QUE O OUTRO AGENTE AS CONHEÇA

#### SUBJETIVAS

(PESSOAL) - DIZEM RESPEITO AO **AGENTE**  
**OU AOS MOTIVOS** DO CRIME

**NÃO** SE COMUNICAM, SALVO QUANDO ELEMENTARES DO TIPO

### ELEMENTARES

OBJETIVAS OU  
ELEMENTARES **SEMPRE**  
**SE COMUNICAM**

## AGRAVAÇÃO DA PENA

**PROMOVER, ORGANIZAR OU DIRIGIR** A ATIVIDADE DOS DEMAIS

**COAGIR** TERCEIRO A EXECUTAR O DELITO

**INSTIGAR OU DETERMINAR** A PRÁTICA DE CRIME À SUBORDINAÇÃO

PRATICAR OU PARTICIPAR DO CRIME **MEDIANTE PAGAMENTO OU PROMESSA DE RECOMPENSA**



# PENAS

- PENAL MILITAR -



## PENAS PRINCIPAIS

### I DE MORTE

EM CASO DE GUERRA DECLARADA  
POR FUZILAMENTO

DEPENDE DA COMUNICAÇÃO DA SENTENÇA DE DEFINITIVA  
AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E NÃO PODE SER  
EXECUTADA **SENÃO APÓS 7 DIAS** DA COMUNICAÇÃO

PRESCRIÇÃO: PRAZO DE 30 ANOS

### PRIVATIVAS DE LIBERDADE

#### IV PRISÃO

#### PRISÃO APLICADA AOS MILITARES

SUPERIOR A 2 ANOS

CUMPRIDA EM **PENITENCIÁRIA MILITAR**

MILITAR DA ATIVA JAMAIS  
CUMPRIRÁ PENA EM PRESÍDIO  
COMUM JUNTAMENTE COM  
OUTROS PRESOS CIVIS

#### II RECLUSÃO

PENA MÍNIMA- 1 ANO

PENA MÁXIMA - 30 ANOS

#### III DETENÇÃO

PENA MÍNIMA- 30 DIAS

PENA MÁXIMA - 10 ANOS

ATÉ 2 ANOS OBRIGATORIAMENTE  
CONVERTIDA EM PENA DE PRISÃO

SE NÃO COUBER SURSIS, SERÁ  
CUMPRIDA DA SEGUINTE FORMA:

PELO OFICIAL

RECINTO DE  
ESTABELECIMENTO  
PENAL MILITAR

PELO PRAÇA

EM  
ESTABELECIMENTO  
PENAL MILITAR

O CÓDIGO CASTRENSE NÃO  
PREVÊ A **SUBSTITUIÇÃO** DE  
PENAS PRIVATIVAS DE  
LIBERDADE POR PENAS  
PRIVATIVAS DE DIREITO

APLICADA AOS CIVIS

REGRA: PENITENCIÁRIA **COMUM**

NORMAS DA **LEP**

EXCEÇÃO: SE PRATICAR CRIME MILITAR EM  
TEMPO DE GUERRA, PODERÁ CUMPRIR EM  
PENITENCIÁRIA MILITAR, SE EM BENEFÍCIO DA  
SEGURANÇA NACIONAL E SE HOUVER PRISÃO  
PARA TAL SEGURANÇA.



PARA O CUMPRIMENTO EM ESTABELECIMENTO PENAL COMUM,  
O CONDENADO DEVE TER PERDIDO A CONDIÇÃO DE MILITAR.



MAPAS  
MENTAIS  
DIREITO

# CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

@MAPASMENTAIS.DIREITO

*Sarah Guimarães*



# CTB

CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

TRÂNSITO

A UTILIZAÇÃO DAS VIAS POR **PESSOAS, VEÍCULOS E ANIMAIS**, ISOLADAS OU EM GRUPOS PARA FINS DE **PARADA, ESTACIONAMENTO, CIRCULAÇÃO E OPERAÇÃO DE CARGA OU DESCARGA**

EM CONDIÇÕES SEGURAS É UM **DIREITO DE TODOS**, E **DEVER DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES COMPONENTES DO SNT.**

ÓRGÃOS E ENTIDADES

CABE A ESTES NO ÂMBITO DAS RESPECTIVAS COMPETÊNCIAS, **ADOTAR AS MEDIDAS** DESTINADAS A ASSEGURAR ESSE DIREITO

RESPONDEM **OBJETIVAMENTE** POR DANOS CAUSADOS AOS CIDADÃOS EM VIRTUDE DE AÇÃO, OMISSÃO OU ERRO NA EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS QUE GARANTAM O EXERCÍCIO DO DIREITO DE TRÂNSITO SEGURO

ATENÇÃO

VIAS TERRESTRES URBANAS E RURAIS

DICA → **CRARPEL** →

C AMINHOS  
R UAS  
A VENIDAS  
R ODOVIAS  
P ASSAGENS  
E STRADAS  
L OGRADOUROS

AS DISPOSIÇÕES DESTE CÓDIGO SÃO APLICÁVEIS A **QUALQUER VEÍCULO**, BÊM, COMO AOS **PROPRIETÁRIOS, CONDUTORES** DOS VEÍCULOS **NACIONAIS OU ESTRANGEIROS** E ÀS PESSOAS NELES EXPRESSAMENTE MENCIONADAS

TERÃO SEU USO REGULAMENTADO PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE COM CIRCUNSCRIÇÃO SOBRE ELAS, DE ACORDO COM AS PECULIARIDADES LOCAIS E AS CIRCUNSTÂNCIAS ESPECIAIS



É O **CONJUNTO DE ÓRGÃOS E ENTIDADES** DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DF E DOS MUNICÍPIOS QUE TEM POR FINALIDADE O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE :



**PLANEJAMENTO, REGISTRO DE VEÍCULO, FORMAÇÃO, FISCALIZAÇÃO, EDUCAÇÃO, HABILITAÇÃO DE CONDUTORES, OPERAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO, POLICIAMENTO, ENGENHARIA, NORMATIZAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, PESQUISA, RECICLAGEM, APLICAÇÃO DE PENALIDADES E JULGAMENTO DE INFRAÇÕES**

**OBJETIVO**

FIXAR MEDIANTE NORMAS E PROCEDIMENTOS, A **PADRONIZAÇÃO DE CRITÉRIOS TÉCNICOS, FINANCEIROS E ADMINISTRATIVOS** PARA A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE TRÂNSITO

**ESTABELECE**

DIRETRIZES DA PNT, COM VISTAS **À SEGURANÇA, À FLUIDEZ, AO CONFORTO, À DEFESA AMBIENTAL E A EDUCAÇÃO** PARA A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE TRÂNSITO

A SISTEMÁTICA DE FLUXOS PERMANENTES DE INFORMAÇÕES ENTRE OS SEUS DIVERSOS ÓRGÃOS E ENTIDADES

**COMPOSIÇÃO**

CONTRAN  
CETRA  
CONTRAN/DF

JARI  
PRF E POLÍCIAS MILITARES

ÓRGÃOS E ENTIDADES EXECUTIVOS DE TRÂNSITO DA UNIÃO, ESTADOS, DO DF E MUNICÍPIOS



DENATRAN  
DETRAN  
O.M.ETRA

ÓRGÃOS E ENTIDADES EXECUTIVOS RODOVIÁRIOS DA UNIÃO, ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS



DNIT, DER,  
O.M.E.R.ETRA



# SNT

CETRAE E  
CONTRAN

COORDENADORES DO SNT

CETRAE- ÂMBITO ESTADUAL  
CONTRAN- ÂMBITO DISTRITAL

PRÉSIDENTES E MÊMBROS

SERÃO **NOMEADOS PELOS GOVERNADORES** DOS ESTADOS E DF

DEVERÃO TER RECONHECIDA EXPERIÊNCIA EM TRÂNSITO

**MANDATO DE 2 ANOS**, ADMITIDA RECONDUÇÃO

COMPETÊNCIAS

1 CUMPRIR E FAZER CUMPRIR A LEGISLAÇÃO E AS NORMAS DE TRÂNSITO, NO ÂMBITO DAS RESPECTIVAS COMPETÊNCIAS

2 RESPONDER A CONSULTAS RELATIVAS À APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS NORMATIVOS DE TRÂNSITO

3 DIRIMIR CONFLITOS SOBRE CIRCUNSCRIÇÃO E COMPETÊNCIA DE TRÂNSITO NO ÂMBITO DOS MUNICÍPIOS

4 JULGAR OS RECURSOS INTERPOSTOS CONTRA DECISÕES DA JARI; DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS ESTADUAIS, NOS CASOS DE INAPTIDÃO PERMANENTE CONSTATADOS NOS EXAMES DE APTIDÃO FÍSICA, MENTAL OU PSICOLÓGICA

5 ESTIMULAR E ORIENTAR A EXECUÇÃO DE CAMPANHAS EDUCATIVAS DE TRÂNSITO

6 INDICAR UM REPRESENTANTE PARA COMPOR A COMISSÃO EXAMINADORA DE CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA À HABILITAÇÃO PARA CONDUZIR VEÍCULO AUTOMOTORES

7 ACOMPANHAR E COORDENAR AS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, ENGENHARIA, FISCALIZAÇÃO, POLICIAMENTO OSTENSIVO DE TRÂNSITO, FORMAÇÃO DE CONDUTORES, REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS, ARTICULANDO ÓRGÃOS DO SISTEMA NO ESTADO, REPORTANDO-SE AO CONTRAN

8 ELABORAR NORMAS NO ÂMBITO DAS RESPECTIVAS ATRIBUIÇÕES



MAPAS  
MENTAIS  
DIREITO

# CONTABILIDADE

@MAPASMENTAIS.DIREITO

*Sarah Guimarães*



# PATRIMÔNIO

## PARTE 1

### ATIVO

ATIVO É UM RECURSO ECONÔMICO PRESENTE CONTROLADO PELA ENTIDADE COMO RESULTADO DE EVENTOS PASSADOS

#### 3 CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS

- 1 TER O POTENCIAL DE PRODUZIR **BENEFÍCIO ECONÔMICO**
- 2 SER **CONTROLADO** PELA ENTIDADE
- 3 SER RESULTANTE DE UM EVENTO OCORRIDO NO PASSADO

EX: IMAGINE UMA MÁQUINA **SEM** NENHUMA PERSPECTIVA DE USO POR PARTE DA ENTIDADE E SEM POSSIBILIDADE DE TER UM COMPRADOR. PERCEBA QUE, NESSE CASO, ESSA MÁQUINA **NÃO** PODE SER CONSIDERADA COMO UM ATIVO, POIS NÃO HÁ POSSIBILIDADE DE OBTER BENEFÍCIO ECONÔMICO NO FUTURO.

### PASSIVO

É UMA **OBRIGAÇÃO PRESENTE** DA ENTIDADE, DERIVADA DE EVENTOS JÁ OCORRIDOS, CUJA LIQUIDAÇÃO SE ESPERA QUE RESULTE EM SAÍDA DE RECURSOS CAPAZES DE GERAR BENEFÍCIOS ECONÔMICOS

#### 3 CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS

- 1 É UMA OBRIGAÇÃO ATUAL
- 2 RESULTA DE EVENTOS PASSADOS
- 3 OBRIGAÇÃO É A DE TRANSFERIR UM RECURSO ECONÔMICO.

### CONCEITO

CONJUNTO DE **BENS**, **DIREITOS** E **OBRIGAÇÕES** DE UMA DETERMINADA ENTIDADE.

**BENS** → ITENS AVALIADOS EM **MOEDA** CAPAZES DE SATISFAZER ÀS NECESSIDADES, SEJAM PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS.

**DIREITOS** → VALORES A **RECEBER** DE TERCEIROS, GERADOS POR MEIO DE OPERAÇÕES DE ENTIDADE

**OBRIGAÇÕES** → REPRESENTAM AS **DÍVIDAS** QUE A ENTIDADE CONTRATA JUNTO A TERCEIROS

### ATIVOS DA EMPRESA

SÃO OS **BENS** E **DIREITOS**

↓  
CONHECIDOS COMO ELEMENTOS **POSITIVOS**

### PASSIVOS DA EMPRESA

SÃO AS **OBRIGAÇÕES**

↓  
CONHECIDOS COMO ELEMENTOS **NEGATIVOS**

### COMPONENTES

**ATIVO**  
**PASSIVO**  
**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

# ATIVO

CIRCULANTE

NO ATIVO, AS CONTAS SERÃO APRESENTADAS EM ORDEM **DECRESCENTE** DO GRAU DE **LIQUIDEZ**.

APRESENTAÇÃO DOS  
ATIVOS E PASSIVOS

**REGRA:** CIRCULANTE E  
NÃO CIRCULANTE

MAIS ADEQUADA QUANDO TEM  
**CICLO OPERACIONAL IDENTIFICÁVEL**  
(INDÚSTRIA, COMÉRCIO)

**POSSIBILIDADE:** LIQUIDEZ

QUANDO **NÃO** TEM **CICLO OPERACIONAL IDENTIFICÁVEL**

SE FOR MAIS CONFIÁVEL:  
BASE MISTA

QUANDO A ENTIDADE TEM DIVERSOS TIPOS DE  
OPERAÇÕES

QUANDO ESSA EXCEÇÃO FOR APLICÁVEL, TODOS OS ATIVOS E PASSIVOS  
**DEVEM** SER APRESENTADOS POR ORDEM DE LIQUIDEZ

DISPONIBILIDADES

SÃO ELEMENTOS QUE REPRESENTAM DINHEIRO OU QUE NELE POSSAM SER  
CONVERTIDOS DE FORMA IMEDIATA

EXEMPLOS

CAIXA

CONTAS BANCÁRIAS,

NUMERÁRIOS EM TRÂNSITO (REMESSAS PARA  
FILIAIS, DEPÓSITO, ORDEM DE PAGAMENTO)

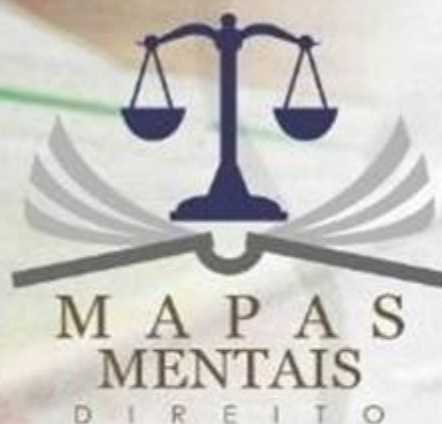
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE CURTO PRAZO, DE ALTA LIQUIDEZ

OBS:

CONTAS **BANCÁRIAS** DA EMPRESA QUANDO O  
BANCO ESTÁ **EM LIQUIDAÇÃO** É CLASSIFICADO  
EM CONTAS PARA RECEBER

**DEPÓSITOS** VINCULADOS A OPERAÇÕES  
DE **CURTO PRAZO** TAMBÉM **NÃO** É  
DISPONIBILIDADES





SUA APROVAÇÃO MAIS  
PRÓXIMA DO QUE NUNCA!

Email: [mapasmentaisdireitosg@gmail.com](mailto:mapasmentaisdireitosg@gmail.com)

Instagram: @mapasmentais.direito

Site: [www.mapasmentaisdireito.com.br](http://www.mapasmentaisdireito.com.br)